



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 13/IX-4º/2009

- 1 - Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e nove, pelas 21H15, no Auditório do Edifício Sede do Poder Local da Freguesia do Feijó, sitas na Rua da Alembração, no Feijó, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, referente ao mês de Junho, com a seguinte agenda:-----
 - 1 - Período de Antes da Ordem do Dia-----
 - 2 - Período de Intervenção dos Cidadãos-----
 - 3 - Período da Ordem do Dia-----
 - 3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.-----
 - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Adjudicação/Contratualização de um Empréstimo de Oito Milhões de Euros para Investimentos no âmbito do QREN".-----
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração ao Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura Cidade de Almada".-----
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração dos Estatutos da ECALMA - Empresa de Estacionamento e Circulação de Almada - E.M.".-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----
- 3 – Estiveram presentes quarenta eleitos na reunião, (faltaram à reunião os Srs. Manuel Maria Braga de Marques Gomes, Fernando Jorge Amoreira Fernandes - Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica; a Sr.ª Francisca Luís Baptista Parreira - Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e o Sr. António José Pinho Gaspar Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica).-----
 - 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Sérgio Neves Correia Taipas; Maria Luísa Monteiro Ramos; Bruno Ramos Dias; José Luís Abreu Leitão; Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; José Gabriel Guiomar Joaquim; Paula Cristina Loureiro Coelho; Maria da Graça Contreiras de Matos Mascarenhas Pessoa; Ruben José de Almeida Martins Raposo; Maria José Bruno Esteves; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Amadeu Dinis Vaz; Caetano da Conceição Rolo; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Maria Amélia da Silva dos Santos Clemente Campos; Domingos José Soares de Almeida Lima; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; Miguel Ângelo Moura Salvado; Helena Maria Gomes de Oliveira; Luís Filipe da Cruz Pereira; Fernando Albino



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; José Manuel Pereira; José João Santos da Mata.-----

4 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

4.1 – O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

- O Sr. Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldes, com Ausência no dia 30 de Junho de 2009, (**Conforme ANEXO I**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Hélder de Jesus Dias Viegas, com Ausência no dia 30 de Junho de 2009, (**Conforme ANEXO II**).-----
- O Sr. Deputado Municipal António Rodrigues Anastácio, com Ausência nos dias 30 de Junho de 2009, (**Conforme ANEXO III**).-----
- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Margarida Machado da Silva Lourenço, com Ausência nos dias 30 de Junho de 2009, (**Conforme ANEXO IV**).-----

4.2 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----

- O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel Gomes da Fonseca, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO V**).-----
- O Candidato Exm.º Sr. Pedro Santos Maia, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Helder de Jesus Dias Viegas, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO VI**).-----
- O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. António Rodrigues Anastácio, e por impedimento dos cidadãos Sr. Jorge da Silva Martins, Sr. Joaquim António Silva Gomes Barbosa, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXOS VII, VIII e IX**).-----
- A Candidata Exm.ª Sr.ª Inês Sofia Sanches Alexandre, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.ª Ana Margarida Machado da Silva Lourenço, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO X**).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.3 – O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia da Caparica, da Cova da Piedade, do Laranjeiro, do Pragal, e da Sobreda em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento os Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, o Sr. João Paulo Santos Correia de Oliveira, o Sr. Manuel Carlos Guerra da Cruz, a Sr.ª Mara Andreia Gonçalves Figueiredo, o Sr. José Alberto Ferreira Durão e o Sr. João Manuel Martins Ferreira, respectivamente, (**Conforme ANEXOS XI, XII, XIII XIV e XV**).-----

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

5.1 - Usou da palavra a Exm.ª Senhora Munícipe Ana Catarina Ribas Lopes, moradora na Av.ª D. Nuno Álvares Pereira, nº 4 Loja BOGGY, 2800-174 Almada.-----

5.1.1 - A Exm.ª Senhora Munícipe Ana Catarina Ribas Lopes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu encontro-me hoje aqui não só a título individual, mas um pouco em representação de alguns colegas comerciantes de Almada, neste caso do Centro da Cidade. E estamos aqui hoje não só como Munícipe, mas também como comerciantes, um pouco na sequência da reunião que teve lugar no passado dia 25 de corrente mês, entre os comerciantes, a Associação dos Comerciantes aqui hoje presente e os Srs. Vereadores que nos deram a honra de vir responder a algumas questões que tinham por nós sido levantadas. A reunião na qual tivemos oportunidade de perceber que a Câmara está neste momento a preparar e a implementar algumas medidas que visam minimizar o impacto que as alterações da Mobilidade no Centro da Cidade vieram trazer não só aos cidadãos mas muito particularmente ao Comércio Local. No entanto ficou na nossa opinião por sanar aquela que na nossa mais profunda convicção é a questão fundamental e essa questão é a reabertura ao trânsito generalizado no Centro da Cidade. Percebemos todos nós que a construção do Metro Sul do Tejo e a consequente opção por produzir algumas limitações ao tráfego e estacionamento foi uma decisão estudada, reflectida e com certeza analisada de uma forma transversal, ainda assim a verdade é que as consequências para o cidadão em geral e para o comerciante em particular, comerciante do comércio tradicional do Centro da Cidade têm sido extremamente negativas. Esta é a nossa convicção que não advém só da observação empírica do quotidiano da cidade, mas que resulta de uma análise dos dados recolhidos de facturação e de circulação, frequência de clientes no Centro da Cidade, não só dos clientes residentes mas também e muito particularmente da população flutuante. Neste momento o que nós podemos observar é um bloqueio real da economia local que se reflecte numa quebra aproximada de 70% no volume de facturação, o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que é obviamente dramático para qualquer comerciante, nomeadamente para o comerciante do comércio tradicional. Obviamente que todos temos consciência que vivemos numa conjuntura económica que não é auspiciosa, no entanto o agravamento da nossa situação é absolutamente indissociável do decréscimo brutal de pessoas no Centro da Cidade. É nossa opinião que de facto foi feita uma reabilitação fantástica da Cidade, com uma envergadura extraordinária, mas que nos parece um pouquinho vazia de conteúdo na medida em que não está a ser vivenciada. Reiteramos por isso que é necessidade permanente de se reequacionar a abertura do trânsito generalizado ao Centro da Cidade, e obviamente reequacionar-se também o enquadramento do estacionamento neste contexto. Uma outra questão que é permanente e que também nos traz aqui é a questão de comunicar Almada, ou seja comunicar Almada nas suas vertentes, nomeadamente na vertente comercial de uma forma que pensamos pode ser possível, aliás já foi feita e deve ser retomada com o máximo de urgência possível, com todos os meios que estejam ao nosso dispor e obviamente com disponibilidade total e absoluta dos comerciantes para se envolverem nessas actividades. Percebemos no nosso dia a dia que há uma série de meios disponíveis e que são com frequência até utilizados para a divulgação nomeadamente até das actividades culturais que pululam pela Cidade, porque não pôr esses meios todos ao dispor também da actividade comercial. Este é mais um alerta que nós deixamos ficar a todos os Autarcas porque de facto a situação que se vive no comércio neste momento é uma situação à beira, muito, muito próxima do precipício. É uma situação que vai arrastar muitas famílias se não forem tomadas medidas imediatas para aquilo que já se começa a tornar habitual no País que é uma onde de desemprego na zona central da Cidade. Portanto queremos utilizar esta nossa intervenção no sentido de mais uma vez deixar este alerta. Estamos comprometidos com a sensibilidade de todas as pessoas que frequentam Almada não só os Múncipes mas também fora do Concelho de Almada. Até porque o comércio de Almada vivia e isto penso que é uma ideia presente para todos vós não só da população residente, mas muito, muito da população flutuante, portanto estamos empenhados na sensibilização de todos. Esperamos sinceramente que esta questão da reabertura do trânsito seja levada a sério."-----

5.2 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Belmiro Rodrigues Alexandre, morador na Rua Trindade Coelho, nº 6 2º Esq., 2800-297 Almada.-----

5.2.1 - O Exm.º Senhor Município Belmiro Rodrigues Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Ontem a Moção que o Sr. Francisco Guerreiro apresentou sobre o ambiente despertou-me a vontade de vir aqui. E queria transportá-los até à porta do Ponto de Encontro, está revestido de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

amianto e é um edifício que foi construído nos anos 70, quando a Câmara adquiriu em boa hora porque apenas lá estava um sem abrigo que depois foi internado algures em Lisboa e que chegou a ser mal tratado pelos habitantes incorrectamente, quando adquiriu o edifício, o edifício já apresentou o telhado com o fibrocimento feito em amianto degradado. Era véspera de eleições, a obra foi feita, foi inaugurada, foi reparado levemente o telhado, mas o telhado actualmente de fibrocimento encontra-se degradado. O que quer dizer que aquela decisão que a Assembleia da República tomou de que é necessário fazer, inventariar os edifícios públicos da Administração Central para serem reparados, também se torna necessário fazê-lo nos Municípios do País, porque este assassino silencioso está por todo o lado, não está apenas nos edifícios do Poder central, também está nos das Autarquias. E este do Ponto de Encontro tem musgos a denunciarem que esses musgos ao libertarem-se arrastam consigo de certeza absoluta o amianto que contêm. Nesse mesmo Ponto de Encontro, olhando à nossa direita temos a velha fábrica de óleo de fígado de bacalhau que foi abandonada porque os grandes empresários não sei porquê abandonaram os patrimónios e aquilo ficou ao Deus dará, começaram por partir vidros, levar torneiras, sacar fios, etc., até que por fim alguns edifícios agora já tiraram o amianto que o revestiu que se calhar era dos anos 50. Esse amianto ao ser levado para o que quer que seja, para barracas, para construções para animais vai libertar, porque está muito degradado, vai libertar amianto. Portanto temos que saber por onde é que anda este assassino silencioso. E portanto é preciso um dossier e é preciso criar incentivos na Câmara Municipal de Almada para que os particulares, porque os edifícios junto ao Ponto de Encontro também estão cobertos com amianto e muitos deles são dos anos 50. Portanto aquele amianto está a ficar também envelhecido. Estes aspectos de poluição eu gostaria que fossem encarados não apenas na perspectiva reivindicativa da Escola Fernão Mendes Pinto, mas assumindo que também temos responsabilidades no nosso Concelho como por todo o País existem. Queria também chamar a atenção para o vidrão. Na Rua em frente do Ponto de Encontro há apenas um vidrão, frequentemente está completamente cheio, a AMARSUL desleixa-se um pouco e vai lá raramente. Quando está cheio as garrafas andam por ali a rolar. Eu pedia que os Autarcas eleitos se preocupassem junto da AMARSUL para que pusessem um outro vidrão. Acontece que os comerciantes também não agem como deviam agir, quer do Ponto de Encontro quer dos dois comerciantes que vendem cervejas. Há cervejas que são despejadas directamente não no vidrão, mesmo como hoje por exemplo está esvaziado, mas sim directamente no contentor como tive oportunidade de verificar hoje. Portanto, talvez sensibilizar os comerciantes para que a seguir a uma festa como acontece frequentemente no Ponto de Encontro às sextas-feiras, nomeadamente no mês de Abril, que se revezem para dar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

uma volta por ali e com uma luva calçada apanhem as garrafas que os jovens deixam por ali espalhadas e que eles próprios tomem cuidado de meter as garrafas no vidro. Nós reivindicámos um ecoponto ali, mas nunca o conseguimos, aquele vidro já lá está se calhar há duas décadas, mas queremos pelo menos mais um vidro para a AMARSUL não ir lá gastar tanto gás ou poder ir menos vezes. E se dois não chegar ponham lá três. Até porque o vidro não será um grande investimento e pagar-se-á rapidamente. Aquele já lá está há mais de se calhar duas décadas.-----

E agora queria falar de um outro ponto que é o acesso à Internet. Em Cacilhas não há acesso à Internet, este é o terceiro Verão que não há acesso à Internet para a população e aos jovens faz falta esta alternativa."-----

5.3 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Emídio Rodrigues, morador na Rua Armeiro Mor, 17 B, 2800-346 Almada.-----

5.3.1 - O Exm.º Senhor Município Emídio Rodrigues:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu não vim aqui num entendimento entre os comerciantes, vim aqui em particular, pelo meu assunto, não tinha conhecimento de que os comerciantes vinham falar sobre este aspecto. Já apresentei o meu assunto na Freguesia da Cova da Piedade na qual não obtive resposta e por essa razão eu vim aqui. Portanto, eu estou na Rua Armeiro Mor como comerciante, já lá estou há dezassete anos. Na Rua Armeiro Mor existem três estabelecimentos e puseram aquela Rua toda para residentes e eu como comerciante não tenho alternativa nem para parar o carro, nem para os meus clientes que frequentam o meu estabelecimento e por variadíssimas vezes na hora do almoço aparecem os Srs. da ECALMA a multar os meus clientes. Portanto, eu tenho tido sempre três a quatro funcionários e nesta medida estou em vias de ter que fechar o meu estabelecimento porque os meus clientes a serem explorados de certa forma de multas que são bastante agressoras provavelmente vão deixar de frequentar o meu estabelecimento. Eu tenho outros estabelecimentos no Concelho de Almada, nos quais por exemplo eu faço um termo de comparação, na Av.ª D. Nuno Álvares Pereira na qual eu também tenho um estabelecimento em frente ao meu estabelecimento é para pagar, eu estou de acordo com isso, mas logo em frente da mesma Av.ª não existe regra de estacionamento, e é uma zona bastante comercial. Portanto eu estou na Rua Armeiro Mor, uma Rua que se calhar a maior parte das pessoas aqui nem sabe bem onde fica e meteram cem por cento para residentes. Eu desta medida não vou conseguir continuar a manter os meus três, quatro postos de trabalho que mantinha. Agradecia que na medida do possível, se possível ser feita alguma alteração para eu poder continuar a ser um investidor no Concelho de Almada porque também tenho um outro



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estabelecimento no Laranjeiro e o qual não existe regras de estacionamento, as pessoas estacionam. Eu não sou contra as regras de estacionamento, sou a favor, mas sou a favor que seja principalmente nas zonas comerciais a pagar, para que a pessoa tenha uma alternativa. Agora não haver alternativa, isso é que eu acho muito prejudicial. É prejudicial para todos porque as pessoas sentem-se perseguidas, deixam de frequentar os locais e nós inclusivamente também não sabemos contra quem nos havemos de virar. Eu virei-me a primeira vez para a ECALMA, mandaram-me preencher um requerimento, não foi respondido. Fui ao Presidente da Junta da Cova da Piedade, também não tive resposta e então com muita coragem lá consegui vir aqui, porque inclusivamente já um dia estava um bocado desorientado e virei-me contra os funcionários da ECALMA. Eu acho que não é esta a medida correcta, por isso ganhei coragem para vir aqui. Gostaria também de deixar aqui no ar o que é que os Srs. responsáveis pelo Concelho, o que é que pensam de Almada, da Cova da Piedade, uma zona que está a ficar envelhecida, o que é que pensam que pode vir a ser daqui a dez anos a Cova da Piedade ou Almada, porque as pessoas a serem perseguidas não têm prazer a viver no espaço. É bom que exista regras, mas também é bom que as pessoas se sintam bem com as regras. Agora nesta medida não vejo que exista muita satisfação na maior parte das pessoas com quem falo. É aquilo que as pessoas argumentam, que estão insatisfeitas com determinadas situações. De forma que eu gostava também de saber o que é que..., eu quando fiz a pergunta o que é que se pensava há dez anos porque eu também tenho provavelmente alguma longevidade de vida, qual é o programa que eu posso fazer a dez anos, porque eu há dez anos atrás fiz um programa de vida, o qual vi-o todo alterado e pelo qual eu neste momento luto com muitas dificuldades para tentar manter a minha vida. Portanto, deixo estas perguntas no ar e agradeço a oportunidade que me deram."-----

5.4 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município José Prata Conceição, morador na Rua Vasco da Gama, 7, Pêra, 2825-049 Caparica.-----

5.4.1 - O Exm.º Senhor Município José Prata Conceição:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Considerando o interesse manifestado por esta Assembleia Municipal sobre a problemática das linhas de muito alta tensão, nomeadamente Fernão Ferro - Trafaria 2, e digamos com obrigações que tenho no Movimento Nacional que se preocupa com esta questão. Eu sinto-me na obrigação de vir a esta Assembleia Municipal trazer aqui dois pequenos acontecimentos relativamente recentes. Foi realizado no dia 30 de Maio na Batalha um Seminário relativamente a esta problemática e no qual foram convidados duas pessoas com grande trabalho de investigação sobre estas questões, nomeadamente uma investigadora Suiça da Faculdade da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Suiça a Dr.^a Anke Huss e essa investigadora que se debruçava sobre um trabalho sobre Alzheimer chegou à conclusão que havia um risco duplicado na contracção desta doença às pessoas que viviam a menos de cinquenta metros das linhas de muito alta tensão. Portanto uma constatação que ela fez. Também esteve presente outro investigador da nossa praça, portanto português e também com bastante mérito, bastante reconhecido o Dr. António Basto Leite, Médico e Investigador da Faculdade de Medicina do Porto, que também reconheceu que há uma evidente relação entre as doenças do foro neuropsicológico e digamos os campos electromagnéticos. Os resultados biológicos não são conclusivos, mas ele reconhece de facto uma existência de uma certa relação estatisticamente provada sobre estas situações. E portanto também de uma forma insuspeita reconheceu que não é um problema que temos que desprezar. Eu recordo uma expressão que ele usou que foi que a Organização Mundial de Saúde considera os campos electromagnéticos como possivelmente cancerígenos, e esta expressão foi usada num folheto da REN a dizer que esta classificação era semelhante em termos de perigosidade aos pickles e ao café, e ele foi uma, expressou, e quem esteve lá presente e há aqui pessoas que estiveram lá presentes, ele não deixou de classificar isto como ridículo, isto era um absurdo fazer uma afirmação destas, portanto isto para demonstrar que nós estamos certos quando dizemos que de facto as coisas representam algum perigo. E em termos de conclusão destas pessoas que de facto são insuspeitas, todas elas apontam para a necessidade da tomada daquilo que há muito o Movimento vem defendendo, que são os chamados princípios de precaução. No fundo esse principio de precaução já tenha sido assumido por muitos países, por muitos Estados membros, aliás a própria CEE recomenda que independentemente da Lei das suas directivas que os Estados membros devem procurar por eles próprios a adequar-se mais aos avanços do conhecimento científico e começam de facto a levantar grandes suspeitas sobre esta perigosidade. E foi isso de facto em termos de unanimidade que saiu daquele Seminário, foi que de facto é urgente e é inaceitável a tomada de medidas de carácter preventivo para que atempadamente evitemos riscos que depois não mais voltarão para trás. De referir também que neste mesmo Seminário estiveram para além da intervenção destes conceituados investigadores, personalidades do campo político que se fizeram representar, nomeadamente do Bloco de Esquerda cujo nome eu tenho como Rita Calvário e também do Deputado Parlamentar do PCP que está ali na mesa da frente, o Sr. Bruno Dias. Também recordo a presença da Deputada Municipal Luísa Ramos e também um representante do Vereador José Gonçalves que não vejo aqui, o Arquitecto Ricardo Carneiro. Este era o apontamento que tinha que fazer sobre este Seminário que de facto acho que é devido esta actualização, de facto ao empenhamento que esta Assembleia tem dedicado.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O segundo e último apontamento que eu queria fazer tem a ver com as démarches, diligências que no fundo o Movimento Nacional Contra as LMAT e agora em sublinhado nas zonas habitacionais vem fazendo e começamos por sensibilizar o Órgão Legislativo do País, que é a Assembleia da República e pedimos audiência a todos os Partidos. Todos os Partidos acederam a ouvir o Movimento a conceder essa audiência, todos os Partidos à excepção de um. Todos eles com quem dialogámos mostraram realmente sensibilidade para que tenhamos que acertar um pouco o passo porque neste momento a nossa legislação nacional aceita como exposição possível e isto para indicar um indicador sem microteslas enquanto que há países neste momento que não deixam passar 0,2, 0,1 de microteslas. Portanto, são países que já digamos, adoptaram as chamadas medidas preventivas e desceram quantitativas relativamente a Portugal na ordem dos quinhentos e de mil vezes. Portanto acho que este elemento é suficientemente elucidativo sobre a necessidade de se modificar a nossa Lei. Mas dizia eu, todos eles foram sensíveis aos nossos argumentos e também de uma forma objectiva todos eles no Plenário de 25 de Março apresentaram Projectos-lei. Também todos eles à excepção de um. Nesse mesmo Plenário que eles tiveram oportunidade de defender os seus pontos de vista e o único que de facto não apresentou e não defendeu os pontos de vista, aliás tomando uma argumentação baseada no nosso entender, mais na razão da força do que na força da razão, obstou a que realmente estes projectos-leis ou este lema fosse continuado. E portanto como tem a maioria o projecto morreu ali. Portanto eu penso que matou a iniciativa à nascença, enfim sem critério objectivo, mas não sabemos com que objectivos estarão por detrás desta situação. De qualquer maneira esse Partido que obviamente é escusado dizer que é o Partido Socialista, enfim como tudo na vida e como dizia a minha avó, as atitudes ficam para quem as pratica. Portanto, não diz só a minha avó, dizemos todos, nunca é tarde para repararmos os erros, aliás citando uma frase lapidar do Bento Jesus Caraça que eu lia na Faculdade onde entrava todos os dias, na Faculdade de Economia diz que: "não receio o erro, estou sempre pronto a assumi-lo e a corrigi-lo". Era esse o convite, enfim transmitissem a quem pudessem no sentido de que errar é humano mas reparar também o é."-----

5.5 – Usaram da palavra em resposta aos Srs. Munícipes, a Sr.^a Presidente da Câmara e o Sr. Deputado Municipal Domingos Almeida Lima.-----

5.5.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Queria saudar todos os presentes e agradecer as intervenções aqui feitas, as preocupações aqui manifestadas que naturalmente como é nosso dever ouvirmos e registarmos com toda a atenção para que no âmbito do nosso trabalho a Câmara Municipal possamos analisar, intervir,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

resolver na medida também das nossas possibilidades, das nossas competências, dos nossos recuos. Portanto, queria deixar uma nota relativamente à intervenção da Sr.^a D. Catarina Lopes que ouvi com muita atenção, com muita consideração e penso que foi uma intervenção muitíssimo construtiva que aqui nos trouxe, revelando um grande conhecimento sobre o processo que temos todos e em conjunto em mãos sobre as preocupações que todos temos. Sobre aquilo que a Câmara Municipal com a nossa Associação e com os comerciantes tem vindo a procurar realizar, procurar concretizar. Esta disponibilidade para em conjunto levarmos por diante o projecto Almada Centro Shopping e Lazer, o Centro Comercial ao ar livre é de facto um projecto muito importante que importa prosseguir, dinamizar, concretizar em pleno porque todo um conjunto de outros projectos que também estão em preparação, nomeadamente no âmbito da Novalmadavelha, Agência de Desenvolvimento Local podem construir projectos importantes no sentido de criar uma outra realidade nesta área central da Cidade para todos e em particular para as actividades económicas e em particular para os comerciantes. Há uma questão central que é aqui colocada, sabemos todos que estamos a acompanhar, que estamos a dialogar sobre toda a problemática que vocês estão a sentir e têm vindo a apresentar. Não são situações simples que se possam avaliar e resolver de uma forma simples e portanto teremos com certeza todos que continuar a trabalhar e a dialogar para seguirmos um conjunto de acções integradas de modo a que a realidade também possa ir sendo avaliada e ir sendo alterada. Eu diria que nós temos neste momento para o Centro da Cidade, um conjunto de projectos que constituem um programa integrado de desenvolvimento cujo investimento global anda na ordem dos treze milhões de euros, são muitas coisas, muitos projectos de importância muito significativa. Temos o laboratório de ideias, temos a zona ribeirinha ligada a Cacilhas e temos o Centro Histórico de Almada, é um conjunto de três projectos que constituem um programa verdadeiramente integrado de desenvolvimento para este território, direccionado para a área comercial, temos o directório comercial que é um projecto da responsabilidade da Novalmadavelha de que a Associação dos Comerciantes também é um dos associados fundamentais, também temos para este território a feira dos objectos inovadores no sentido de também atrair para esta zona mais pessoas, há um outro projecto que tem a ver com os territórios criativos e de revitalização urbana, a interactividade a céu aberto, os miradouros virtuais, o directório comercial dirigido em concreto também para as actividades comerciais, também pela própria Agência de Desenvolvimento Local e já começamos a trabalhar sobre isto e portanto, a Associação tem assento na Agência e acompanha estes projectos que a seu tempo passarão também para o domínio do conhecimento de todos os comerciantes. Dizer que neste momento no Portal Almada da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Cidade Digital já está bastante daquilo que é o tecido económico local, tivemos a oportunidade há poucos dias, o próprio Conselho de Administração tomar contacto com o que já está feito e está disponível se acederem ao Portal já poderão também encontrar toda a informação que ali está é uma preocupação da Agência, da Câmara, no sentido de dar a conhecer todo o tecido empresarial do nosso Concelho e em particular este tecido que aqui referi, no outro projecto que foi aprovado na semana passada, nós temos, como ontem aqui dissemos, alguns dos Srs. não estavam e por isso também é importante referir que temos um programa para a promoção e formação e de dinamização do comércio tradicional. É um programa que tem um investimento de duzentos e dezassete mil euros só para este objectivo, como há também um outro que tem a ver com o suporte da actividade empresarial também com cem mil euros de investimento. Há um outro programa que tem a ver com a dinamização sócio cultural com o Festival de Música e Artes de Rua que são também cem mil euros e todo um conjunto de projectos muito diversos envolvendo não só a Câmara como um conjunto de cerca de duas dezenas de instituições locais. É um programa que já está em preparação nas entidades envolvidas e que estará concretizado, este ano já vai ter parte dos projectos de arranque com alguma visibilidade, tem um período de concretização a três anos, em 2012, meados de 2012 teremos que ter este programa completamente fechado. Eu diria que a Câmara tem construído um programa bastante avançado do qual espera importantes resultados, o trabalho com a Associação está garantido, quer directamente da Câmara com a Associação, quer com a própria Agência de Desenvolvimento Local, a Novalmadavelha. Relativamente ao Almada Centro Shopping e Lazer, estamos absolutamente disponíveis também como tem sido dito para vos ajudar a criar a Comissão de Gestão porque é muito importante que seja feita a gestão da marca, criar a Comissão de Gestão e promover todo um plano de dinamização da marca. Isto insere-se neste conjunto de projectos que eu aqui vos referi. A Novalmadavelha pode ter aqui um papel importante na dinamização da marca, naturalmente sempre com a Câmara e com a Associação de Comerciantes e os próprios comerciantes. Portanto, diria que havendo problemas como há e todos temos consciência que há. Há em Almada, há no Concelho no seu conjunto, há na Região, há no nosso País. De facto vivemos um período muito, muito difícil com as actividades económicas a sofrer as consequências da falta do poder de compra das nossas populações a nível nacional. Este sector é um sector fundamental, todos sabemos que as micro e pequenas empresas absorvem mais de setenta por cento do emprego nacional e por isso quando nós dizemos que não basta a intervenção da Câmara que é preciso também políticas de âmbito nacional de apoio às micro e pequenas empresas, é porque de facto assim é, não queremos deixar de estar convosco no enfrentar do problema e encontrar as melhores



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

soluções para o enfrentar na medida também do possível, mas há medidas de carácter global, naturalmente que são indispensáveis, portanto disponíveis para da continuidade ao nosso trabalho e vos apoiar na medida do possível. Também gostava de vos deixar, há neste momento uma questão que está em dúvida e que eu gostaria que ao vosso nível pudesse ser rapidamente analisada e que tem a ver com a questão do Almada Fashion. Há ideia de que não haverá consenso, nós estamos disponíveis para levar por diante com a Associação em Setembro o Almada Fashion, como sabem é financiado praticamente na totalidade pela Câmara Municipal. Sabemos que há algumas diferenças de opinião, mas é urgente que da vossa parte haja de facto uma decisão para que se comece a preparar tudo o que tem que ser preparado na perspectiva da sua concretização sendo essa a vossa decisão.-----

Por outro lado também queria aqui deixar a informação de que a Loja do Município com o cartão do cidadão não é para sair dali amanhã. A Loja do Município está assente num contrato de arrendamento que tem à partida dez anos de compromisso, podendo ser renovado daí para a frente. Quando nós assinamos um contrato de arrendamento por dez anos não é para no dia seguinte estarmos a retirar a Loja do Município para outro sitio qualquer. Também em relação à Loja do Cidadão gostaria de deixar também aqui a nota e este assunto tem sido acompanhado e muito bem pela Associação dos Comerciantes de que há correspondência recente, nomeadamente da parte da Estrutura de Missão que é a quarta entidade que ao longo dos anos foi criada para tratar deste assunto, em que a própria Estrutura de Missão diz à Câmara que decorrido um período desde a Reunião efectuada em Maio de 2008 (esta resposta é agora de Fevereiro de 2009) houve um trabalho por parte desta entidade que já identificou um conjunto vasto de serviços com possibilidade de poderem integrar a Loja do Cidadão, mas que é preciso um espaço entre 1500 a 1800 m². Em Almada o espaço com esta área é a antiga EDP porque feitos os contactos com o proprietário do Centro Comercial M. Bica, e nós fizemo-lo e tivemos um trabalho bastante persistente com o Centro Comercial M. Bica, com o seu proprietário, a área identificada é no último piso no interior que é de 1000 m². De qualquer modo nós convidámos o responsável da Missão para vir ao Concelho, vir fazer uma visita in loco para apreciar o sitio, esta área e com certeza também poder ter alguma intervenção no que diz respeito ao edifício de uma entidade que também é pública que é a EDP.-----

Nós estamos parados, avançamos com a Loja do Município porque nos parece que é muito importante criar condições para uma maior afluência de pessoas a esta zona e naturalmente com o cartão do cidadão muita gente utilizará este espaço para além dos Serviços da Câmara, mas matemos neste território como objectivo a Loja do Cidadão com estas dificuldades porque é preciso 1500 a 1800 m², o Centro Comercial M. Bica tem mil, mas está disponível o edifício



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

da EDP. Vamos ver qual é depois a decisão final. Vamos continuar a trabalhar, é esse o nosso propósito.-----

Em relação à Cova de Piedade, ao problema que aqui nos foi trazido relativamente à Rua Armeiro Mor. Fez bem em vir, chamou-nos a atenção para o problema, ouvimos e naturalmente temos que ir analisar. Ontem colocavam-se questões porque os moradores por vezes estão doentes, têm filhos que moram noutra sítio, como é que as pessoas estacionam ali. É uma das dimensões do problema, hoje é colocada a questão deste nosso amigo que tem ali um estabelecimento, pois bem temos ouvidos e ouvimos e naturalmente temos que reflectir sobre as questões colocadas, a de ontem é um requerimento que naturalmente precisa de ser analisado e resolvido de acordo com as conclusões a que chegarmos, mas é possível resolver este tipo de situações, equacionando a forma de dar resposta também ao problema colocado. Eu registei com muito apreço também a sua maneira de se referir, é bom que hajam regras, é bom que as pessoas se sintam bem com as regras. Naturalmente é impossível que as regras satisfaçam toda a gente, sabemos que nunca é assim, mas é fundamental que existam e que satisfaçam a esmagadora maioria das pessoas é isso que deve acontecer, mas também fiquei naturalmente bastante sensibilizada com a forma como nos colocou o problema e com a análise que naturalmente aqui nos deixou sobre as suas preocupações.-----

Em relação às questões do fibrocimento. Eu queria dizer que por acaso esta questão nunca me foi colocada mas agradeço ter vindo aqui esta questão sobre o Ponto de Encontro da parte da Câmara. Há um levantamento em curso, não sei se já está concluído, se não. É uma indicação que está dada aos Serviços para que tudo aquilo que tem fibrocimento em edifícios da responsabilidade da Câmara seja recenseado de modo a que passe depois também a haver uma intervenção. Naturalmente é um problema do nosso tempo, é um problema que começou e bem a ser colocado e tem que ter o respectivo tratamento. Já agora dizer também por exemplo, a Escola da Alembração e é um problema que já foi colocado nomeadamente no Conselho Municipal de Educação, a Escola da Alembração, uma Escola que todos vocês conhecem. Há Escolas do Ministério da Educação, no que diz respeito à Câmara penso que praticamente já não existem, mas estamos atentos e também é preciso resolver, e depois os edifícios municipais e a sensibilização também dos Municípios para esta problemática. Embora deva haver também aqui algum equilíbrio porque também temos que ter relativamente a esta matéria alguma ponderação sem alarmismos porque há aqui situações distintas, não é tudo igual e é preciso avaliar o diferente tipo de coberturas e de soluções porque a perigosidade é diferenciada em relação também ao tipo de materiais que estão por aí, que por vezes parecem amianto e não são. Mas, agradeço a chamada de atenção que aqui está, de qualquer modo a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Câmara e como informação ao Município está a fazer este lançamento, não sei se já não está concluído.-----

Depois queria dizer também que relativamente às questões aqui trazidas dos ecopontos e do vidro, etc., são questões do quotidiano, obviamente registamos.-----

Quanto à Internet, nós entretanto por sms contactámos a funcionária porque para nós esta questão é uma questão resolvida. A indicação que foi dada é que o acesso à Internet na Casa da Juventude, não sei se era isto a que se estava a referir, a indicação que foi dada é que passasse para o átrio. A informação que temos da responsável é que foi dito que passasse para o átrio, portanto resta-nos ir lá ver, parece. Penso que não será assim, porque a própria responsável naturalmente que amanhã irá ver se afinal o acesso está ou não está no átrio. Portanto, é uma questão para nós absolutamente resolvida, mas a atenção dos Municípios é muito importante porque também nos ajuda a estar atentos e a intervir quando for naturalmente devido e quando houver alguma dúvida. Quero agradecer os vossos contributos."-----

5.5.2 - O Sr. Deputado Municipal Domingos Almeida Lima:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Presidente, agradeço-lhe permitir-me esta minha intervenção, reconheço que nos termos do Regimento não será muito correcto, mas queria fazer uma pergunta. Na sequência da intervenção exaustiva da Sr.^a Presidente, creio que seria importante esclarecer um ponto, uma das questões que tem decorrido na imprensa e que sei que aflige os comerciantes é a questão da mobilidade na zona central de Almada, mais concretamente próprio ou impropriamente zona pedonal da Renovação, e a pergunta que faço é, se a Câmara entende ou está disponível para reequacionar este problema que as pessoas entendem, ou os comerciantes e não só, entendem ser neste momento um entrave à visita das pessoas à Cidade de Almada e com reflexo directo na actividade dos comerciantes?"-----

5.5.3 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A Câmara Municipal acompanha todos os problemas e portanto a minha palavra foi de acompanhar todas as preocupações que os Cidadãos, quer comerciantes, quer outros têm e que naturalmente é obrigação nossa acompanhar as preocupações e evolução dos problemas. E portanto dei nota de um conjunto de acções e de um conjunto de diálogos, espaços de concertação, avaliação que temos no nosso Município e é por aqui que vamos continuar a falar. Para ser séria não posso dar-lhe uma resposta de outra natureza como deve compreender Sr. Deputado."-----

5.5 - Foi encerrado o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 6 – Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----
- 6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal, (**Conforme ANEXO XVI**).-----
- 6.1.1 - Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, para apresentar a referida informação.-----
- 6.1.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
- Neste ponto nós temos a informação sobre a Actividade Municipal desenvolvida nos meses de Março e Abril, quer da Câmara, quer dos Serviços Municipalizados e como sempre e como é habitual para rentabilizarmos o nosso tempo, quer eu quer o Sr. Presidente dos SMAS ficamos à vossa disposição para as questões que nos queiram colocar."-----
- 6.1.2 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias; António Mendonça Mendes; Bruno Dias; Luísa Ramos; Luís Filipe Pereira; Amadeu Vaz; Miguel Salvado; e a Sr.^a Presidente da Câmara.-----
- 6.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
- Eu gostaria neste ponto de fazer um sem número de questões, que espero que ao contrário do anterior ponto sejam respondidas. E em primeiro lugar gostaria de voltar à questão dos requerimentos, e lendo o nosso requerimento, aquilo que é factual e que é objectivo no artigo 15º, é que os requerimentos têm que ser objecto de uma resposta formal da Autarquia no prazo de vinte dias, ou se justificados ao requerente passados quinze dias de prorrogação.----
- O PSD em Abril apresentou nesta Assembleia três requerimentos através da Mesa e eu tive o cuidado de reproduzi-los aqui em plena Sessão. Ora passaram sessenta dias, ou seja, os vinte mais os quinze, mais os vinte e cinco que deveriam ter passado, o que é certo é que não houve resposta. E por isso permita-me dizer à Sr.^a Presidente da Câmara formulando esta pergunta muito concreta. Pretende ou não responder a questão muito concreta que para nós é essencial nesta altura do Campeonato em ano eleitoral, que é a quantidade de cartazes que tem sido espalhados pelo Concelho, o dinheiro que tem sido gasto, a quem é que foi contrato e de que forma é que estão a ser gastos estes processos de dinamização de informação, porque para nós é certo que pode não ser ilegal, mas que é profundamente imoral, de certeza que é imoral este tipo de gastos em tempo de crise e numa altura onde certamente outras opções estratégicas permitiriam ter uma outra capacidade de resposta para a vida e para a qualidade de vida dos almadenses e dos seus agentes económicos. E portanto a primeira pergunta muito concreta é: responde, ou não responde aos Requerimentos? Sendo certo que em paralelo gostaria que a própria Mesa nos informasse como diz o registo, se ao fim destes



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

sessenta dias deu alguma entrada de alguma resposta a estes pedidos formais de esclarecimento da parte do PSD. Porque neste momento e até ao dia que estamos a viver e passados sessenta dias não houve uma única resposta às perguntas concretas que lhe foram formuladas.-----

Segunda questão, a Loja do Cidadão. Nós próprios também tivemos a ocasião de contactar com os comerciantes e já tive ocasião de passar uma vista de olhos pela informação que a Mesa nos distribuiu, e salta-me muito concretamente uma pergunta à Sr.^a Presidente da Câmara. Olhando para este explanar cronológico, tudo aquilo que foi feito, há aqui duas datas que para mim são muito importantes. O dia 02 de Junho de 2008, onde ao fim de muitas circulares entre o Governo e a Autarquia e vice-versa, há a informação de que aquilo que nós todos temos consciência que a nossa área territorial não está abrangida pelo QREN para este tipo de investimentos, teria que haver um modelo alternativa de financiamento. Depois de tantos ofícios ao Governo, pelo menos naquilo que está aqui explanado pela autarquia, a autarquia disse, nada. E o que é certo é que 11 de Fevereiro de 2009 volta a haver um ofício para a Câmara, do responsável da Estrutura de Missão das Lojas do Cidadão de 2ª Geração, voltando a falar na questão do financiamento. E a Câmara voltou a dizer, nada. E portanto a minha pergunta muito concreta é, no que diz respeito a este modelo de financiamento que naturalmente tem que haver alguma participação municipal, qual vai ser a estratégia da autarquia e o que é que já foi considerado aos responsáveis porque ainda ontem foi tornado público por parte da Secretária de Estado responsável por esta área, a indicação de que teria havido muito pouco empenhamento real da Autarquia na concretização da Loja do Cidadão.--- Eu não sei se é verdade ou não, mas o que é certo é que nesta Assembleia ainda não nos foram dados quaisquer tipo de dados objectivos que nos permitam concluir que a troca de ofícios foi para lá da indicação de lugares ou foi para lá da colocação de boas intenções que todos nós aqui temos que é a criação da Loja do Cidadão no Concelho de Almada. E portanto fica esta pergunta concreta, que modelo de financiamento está a pensar a Câmara propor ao Estado para a sua concretização, porque aquilo que é certo é que no meio de tantos ofícios nada disse e no meio de tantos ofícios não há Loja do Cidadão.-----

Uma terceira questão concreta diz respeito à questão dos investimentos. Todos nós somos mergulhados em campanhas de propaganda sobre a inovação, sobre o desenvolvimento, sobre a captação de investimentos para o Concelho de Almada, aquilo que eu gostaria de lhe perguntar é, em 2009 e fruto da acção directa ou indirecta da Autarquia, quantos investimentos empresariais foram concretizados em Almada? O que é que isso resulta em número de empregos criados em Almada? O que é que isso representa em facturação líquida



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

em Almada, de forma a que nós consigamos perceber se aquilo que é a propaganda tem realmente reflexo na vida diária das pessoas? Porque vemos as empresas a fechar, vemos o comércio a definhar e vemos uma estratégia de publicidade toda pomposa e excessivamente cara, que depois não tem reflexos em dados objectivos que nos permitam aliar aquilo que é dito com aquilo que é sentido pelas pessoas. E portanto a pergunta clara é: o que é que tem sido concretizado em Almada? E o que é que a Câmara tem feito para que esse investimento seja potenciado de forma real e efectiva?-----

Para concluir, e como sabem nós temos desenvolvido um projecto denominado Almada escondida, foram-nos feito chegar alguns pedidos de intervenção da Autarquia que eu passo apenas a dizer sumariamente, mas farei chegar à Mesa, que diz respeito por um lado ao Lazarim, que nos fizeram chegar algumas fotografias sobre intervenções nos arruamentos e depois manifestamente há problemas ao nível daquilo que é o normal funcionamento de um espaço onde os peões neste caos têm passeios no mínimo pouco dignos para percorrerem a sua vivência, bem como a questão do estacionamento não regulado sobre os passeios nesta zona. E uma segunda informação que diz respeito a sinalização horizontal na Charneca de Caparica, junto ao Mercado onde necessariamente há incongruências entre a regulação do trânsito e aquilo que são as sinaléticas horizontais e que necessariamente era importante rever para evitar acidentes que segundo nos informaram têm sido frequentes nesta localização.-----

Para concluir apenas dizer e reiterar um desejo profundo desta bancada, é que esperemos que a estas respostas concretas e ao contrário daquilo que aconteceu anteriormente possamos ouvir as respostas devidas e que nos possam dar a nós uma noção clara daquilo que tem sido a acção concreta e não aquela que tem sido publicada e publicitada pela Autarquia."-----

6.1.2.2 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.^a Presidente da Câmara, o Partido Socialista dirigiu-lhe um requerimento que ao contrário do PSD tivemos a amabilidade de receber uma resposta ainda que atrasada, mas tivemos a amabilidade de receber essa resposta. E ainda bem que as respostas são publicitadas no site porque à pergunta concreta sobre a publicidade utilizada pelo Município, sobre quanto custou, sobre a quem foi adjudicada, qual foi o critério de adjudicação, a essas perguntas concretas o Município não respondeu. E não respondeu e eu tiro daqui uma de duas conclusões, ou tem alguma coisa a esconder, ou há desorganização nos Serviços e não conseguem responder. E eu não me parece que a culpa seja dos Serviços de não conseguirem responder quanto custa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

e o procedimento de contratação. Mas como hoje em dia há uma plataforma de transparência dos contratos públicos, nós verificamos por exemplo que e gostaria que a Sr.^a Presidente da Câmara pudesse aqui vir esclarecer, se os gastos em publicidade se limitaram a estes ajustes directos (estamos a falar do período da Actividade Municipal de Março a Abril) a Sr.^a em 13 de Abril de 2009, a Câmara Municipal alugou outdoors não se sabe quanto por ajuste directo 22.620 euros. No mesmo período que estamos a falar, por ajuste directo e o que vem no Portal da transparência que a Sr.^a dia 13 de Março de 2009 para produzir quatro edições de 24 telas fez um ajuste directo a uma empresa chamada ECRANVIA Publicidade exterior de 18.432 euros. Ou seja, nós conseguimos ver quarenta mil euros de ajuste directo daquilo que os Serviços não responderam. A questão que lhe coloco em concreto é se tem ideia da Autarquia que gere quanto dinheiro a Sr.^a gastou, o Município gastou, o dinheiro dos contribuintes foi gasto na adjudicação de outdoors de campanhas publicitárias e qual foi o procedimento para a contratação pública?-----

Em segundo lugar uma outra questão. Este Relatório de Actividades que aqui vem, eu não sei se a Sr.^a Presidente da Câmara teve a oportunidade de o ler, mas este Relatório é de tal forma feito que até a repetição de acções tem, página 5, página 9. Mas há uma coisa que eu não consegui encontrar em todo este Relatório, mas que a Sr.^a Presidente da Câmara nos pode explicar. Qual é o ajuste directo que a Câmara fez de duzentos e sessenta e dois mil duzentos e cinquenta e oito euros e noventa e quatro cêntimos, uma adjudicação directa para ampliação da rede de comunicações do Município de Almada feita no dia 14 de Abril de 2009 e que não tem aqui reflexo no Relatório de Actividades. E eu pergunto à Sr.^a Presidente da Câmara porque motivo é que, a ser verdade, foi feito um ajuste directo para a ampliação do sistema de comunicações deste valor? E pergunto-lhe mais Sr.^a Presidente da Câmara, pergunto-lhe porque motivo a limpeza do edifício do Museu da Cidade é feita por recurso a entidades externas, porque o Município no período em que estamos a analisar, no dia 04 de Março de 2009, o Município de Almada adjudicou a uma empresa CLECE, S.A. vinte e nove mil, vinte e sete euros e dois cêntimos, tendo como descritivo a aquisição de serviços de limpeza do edifício do Museu da Cidade. E a pergunta que lhe coloco é se não existe capacidade e recursos humanos suficientes no Município para que o Município esteja a contratar fora ainda para mais por ajuste directo a limpeza de um edifício municipal como o Museu da Cidade?-----

Por último gostava de me referir à Loja do Cidadão. A Sr.^a Presidente da Câmara aproveitou o período de informação ao Público para vir aqui mais uma vez não na qualidade de Presidente da Câmara, mas na qualidade de tentar fazer aqui uma campanha. Há uma coisa que nos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

parece evidente e o Sr. Deputado Nuno Matias disse aqui com uma clareza que eu subscrevo em absoluto, Sr.^a Presidente da Câmara, há trinta e duas Lojas do Cidadão por esse País fora, em Almada há um facto, é que há seis anos vai ofício para lá e ofício para cá, mas não existe Loja do Cidadão. E isto é um caso único, é que em tudo aquilo que a Sr.^a se mete parece que dá sempre confusão. Repare bem, o Metro Sul do Tejo foi uma confusão, três anos de obras paradas. A Margueira está como está, vamos ver agora se o Governo consegue com a aprovação do projecto resolver ao fim destes anos todos o processo. Relativamente ao Porto de Lisboa todo o seu relacionamento com o Porto de Lisboa é um relacionamento quezimento de assinaturas de protocolos, de cumprimentos, não cumprimentos, da Sr.^a reter verbas para realojar habitação social, porque diz que não há uns acenos ao Porto Brandão. Ou seja, tudo aquilo que a Sr.^a se mete dá sempre uma grande confusão. E a Loja do Cidadão é um exemplo lapidar, ao fim de seis anos trinta e dois Municípios conseguiram ter Lojas do Cidadão e a Sr.^a Presidente da Câmara a única coisa que tem no seu currículo é que perdeu a oportunidade de Almada ter uma Loja do Cidadão paga pelo Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, como aliás um Membro do Governo responsável pela pasta veio publicamente dizer e não foi desmentido pela Sr.^a Presidente da Câmara que a Câmara Municipal de Almada tem a culpa pelo facto de ao fim de seis anos não termos Loja do Cidadão. O que fica registado é que todos os processos em que a Sr.^a desenvolve negociações com a Administração Central, dão sempre problemas e um rol de queixas e a realidade de quem é prejudicado são os cidadãos porque hoje não há Loja do Cidadão em Almada e podia haver."-----

6.1.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu pedi a palavra para dizer também alguma coisa relativamente a esta questão da Loja do Cidadão, mas não quero deixar de assinalar que é mau sinal para esta Assembleia Municipal, que é mau sinal para a própria democracia, que é um mau exemplo para o Poder Local democrático e que é uma mensagem perigosa e errada para os cidadãos que os debates na Assembleia Municipal relativamente a questões concretas que dizem respeito à vida dos cidadãos e que dizem respeito a problemas concretos do Concelho sejam tratados da forma como temos vindo a observar por parte do PS, com sistemáticos ataques pessoais, que abandona o grau zero da política e entra num ataque directo, desesperado e desorientado, que diz muito sobre a situação em que o PS se encontra, mas que acreditamos nós não diz nada sobre o Poder Local e não diz nada sobre a participação cívica dos cidadãos e sobre o futuro do debate digno, de nível e com responsabilidade no plano autárquico que devemos de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

facto de cultivar e que devemos de facto promover. E portanto é um protesto muito veemente mas com muita serenidade que queremos aqui lavrar perante a situação pouco digna, de baixo nível que acabamos de verificar relativamente à intervenção que o Sr. Deputado Mendonça Mendes em nome do Partido Socialista, em nome do PS aqui trouxe a esta Assembleia. Nós não estamos na intervenção autárquica e não estamos na política para atacar nenhum Sr. Deputado Municipal do PS e aquilo que eu vou dizer a seguir eu penso que é significativo que os mesmos que durante alguns anos vinham falar e vinham rasgar as vestes com mensagens de ataques pessoais, agora nesta altura do campeonato acabam a dizer o tipo de coisas que dizem.-----

Relativamente à Loja do Cidadão a primeira coisa que eu gostaria de dizer é que deve ser assinalado e sublinhado o trabalho que a Mesa da Assembleia desenvolveu para apresentar hoje de um dia para o outro consoante foi anunciado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal esta sistematização e este trabalho absolutamente fundamentado, estruturado e que permite avaliar ao longo dos anos a intervenção que foi feita pelo Município de Almada, preparando assim e qualificando a discussão que a Assembleia Municipal pode ter e está a ter sobre esta matéria. Sem este trabalho que a Mesa da Assembleia desenvolveu e que forneceu a todos os Deputados Municipais, muito dificilmente este debate poderia ser feito com o mínimo conhecimento de causa. Seria mais difícil seguramente. Por outro lado, eu penso que não podíamos ser mais objectivos perante esse tipo de informação que nos é fornecida pela Mesa. Agora, temos é que corresponder na objectividade das intervenções a essa objectividade concreta de informação da Mesa e do Município de Almada. Já foi aqui citado e eu pura e simplesmente não vou comentar afirmações de baixo nível que foram proferidas na última intervenção que nos antecedeu e vou-me concentrar em afirmações que remetem para declarações do Governo em relação a esta matéria. E foi dito aqui que de acordo com informações do Governo haveria um insuficiente empenhamento da Câmara Municipal de Almada, opinião do Governo, portanto, relativamente ao processo da Loja do Cidadão. E é preciso registar de uma forma muito clara que um Governo que responde a um Município dizendo: "o que existe é para pagar com dinheiro do QREN" e portanto daí para a frente cada um sabe de si, porque basicamente é dito que estamos a falar. É evidentemente tudo prova que é um Governo que está muito pouco empenhado em resolver as situações concretas da tal modernização administrativa e da tal administração próxima dos cidadãos. Quando nós verificamos que uma Área Metropolitana de Lisboa, uma das zonas que é seguramente a mais populosa do País, que tem um terço da população do nosso País, três milhões de habitantes, que é confrontada com uma sobrecarga constante, diária, cada vez



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

maior dos serviços confrontando os trabalhadores da Administração Pública Central com situações de absoluto caos e de absoluta rotura e as pessoas que se dirigem à Segurança Social sabem do que estamos a falar e os trabalhadores da Segurança Social sabem do que estamos a falar, e os trabalhadores do Notariado sabem do que estamos a falar. E o que é hoje este tipo de situações perante as quais responde o Governo dizendo, o que há dos Fundos Comunitários, o que há do QREN, as Câmaras agora que resolvam. É evidentemente uma situação ela própria reveladora de muito, muito pouco empenhamento em relação aos cidadãos, mas mais de muito pouco respeito pelas populações e pelos cidadãos. E quando nós verificamos que há esta teoria, pelos vistos rapidamente apoiada e subscrita por parte do PSD e obviamente do PS, que a Câmara Municipal teria que comparticipar a Loja do Cidadão, financiar a sua construção, nós verificamos que alcançámos uma nova etapa delirante do funcionamento da actividade do Estado e dos órgãos de soberania, e das funções de soberania a nível nacional com as autarquias. Porque Srs. Deputados Municipais e Srs. Munícipes, teríamos a situação absolutamente extraordinária e insólita de ter a Câmara Municipal de Almada a financiar as instalações e o funcionamento da Direcção Geral de Contribuições e Impostos; o Instituto da Segurança Social; da ADSE; da Caixa Geral de Aposentações; do IMTT, tudo a funcionar com a factura a ser enviada à Câmara Municipal de Almada. Isto é um evidente absurdo, é uma situação perfeitamente inoportável e inaceitável e é óbvio que o Poder Central, que o Estado tem que assumir as suas responsabilidades.-----

É este o nosso entendimento e nós somos coerentes entre aquilo que firmamos aqui na Assembleia Municipal de Almada e o que afirmamos nomeadamente no Poder Central através dos órgãos de soberania, Assembleia da República. E é por isso que ao longo dos anos fomos apresentando propostas concretas exactamente no sentido que o Poder Central assumisse essa responsabilidade no financiamento aos cidadãos, apresentamos propostas nomeadamente em sede de Orçamento de Estado para que no PIDDAC fosse contemplado e fosse integrado esse investimento e houvesse de facto uma rubrica orçamental para possibilitar a concretização da Loja do Cidadão em Almada, e pasme-se, quer o PS, quer o PSD votaram contra. E foi assim que ao longo dos anos esta proposta foi sendo rejeitada e inviabilizada. E portanto é com um profundo sentimento de revolta que nós constatamos que aqueles que vêm exigir à Câmara Municipal que financie instalações e equipamentos para a Administração Central do Estado em Almada, sejam aqueles que ao longo dos anos foram votando contra no Parlamento, inviabilizando este equipamento.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

As pessoas que a esta Assembleia Municipal se dirigiram hoje no Período Aberto ao Público com intervenções perfeitamente construtivas, sensatas, equilibradas e que trazem os seus problemas concretos, partilhando com a Assembleia Municipal a situação em que se encontram, mereciam melhor dos Deputados Municipais, melhor tratamento e melhor resposta do que as situações de baixo nível e de ataques pessoais que verificamos há pouco."-----

6.1.2.4 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Pedi a palavra para defesa da consideração.-----

Sr. Deputado Bruno Dias, queria deixar muito claro Sr. Deputado Bruno Dias que não recebo, nem lhe reconheço qualquer legitimidade ou qualquer autoridade moral para se vir referir, nem a mim pessoalmente, nem a ninguém da bancada do Partido Socialista. Porque Sr. Deputado, eu percebo o incómodo do Sr. Deputado porque as oposições colocam questões que consideram que devem colocar. Mas o que eu não percebo é que o Sr. Deputado queira por qualquer forma condicionar qualquer intervenção por parte desta bancada. Porque baixo nível, Sr. Deputado são os termos que o Sr. usa e o Sr. Deputado pode naquilo que criticou até vir aqui baixar o tom de voz para fingir que tem uma grande superioridade moral, mas devo-lhe dizer que não reconheço nem em si nem no seu Partido qualquer autoridade moral para dar lições seja do que for, muito menos de respeito a esta bancada ou a mim próprio.-----

Sr. Deputado, devia rever as suas próprias posturas vendo o Canal Parlamento para depois vir atirar as pedras que vem aqui atirar de uma forma, essa sim insultuosa. Por isso Sr. Deputado, fica aqui muito claro que repúdio de forma veemente a forma e os termos em que o Sr. Deputado aqui vem ofender deliberadamente a consideração de mim próprio e também do Partido Socialista. Fica claro que o Sr. Deputado faz política da forma como entende, mas com o PS pode ter a certeza que nós apenas responderemos às questões políticas, às ideias políticas e não nos inibiremos de colocar aqui questões concretas sobre a transparência do Município como Sr. Deputado, aliás no exercício das suas funções quando quer e quando entende o faz, e muitas vezes de uma forma essa sim muito pouco apropriada em democracia."-----

6.1.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Registo apenas que o Sr. Deputado Municipal Mendonça Mendes nada disse sobre a suposta ofensa que terá sofrido, nada indicou sobre afirmações que possam ter provocado ofensas à sua honra, eu constato que o Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes que agora



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

disse que só responde às questões políticas e só fala das questões da transparência não deve ser o mesmo que ainda há pouco veio dizer que estava a dirigir-se à Sr.^a D. Maria Emília de Sousa e não à Presidente da Câmara e que não estaria aqui para outra coisa senão para lhe dizer que tudo aquilo em que ela se mete dá confusão. Portanto, eu sugeria apenas que o Sr. Deputado António Mendonça Mendes que falou agora, converse com aquilo que falou há bocado e entendam-se os dois sobre o assunto."-----

6.1.2.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Voltemos à Ordem de Trabalhos com a dignidade e com a superioridade moral que esta Assembleia merece. Nós de facto temos uma forma de fazer política elevada, apresentamos as nossas propostas, defendemos os nossos projectos, sujeitamo-nos à crítica, obviamente, mas com elevação, com superioridade e estamos disponíveis para emendar aquilo que estiver errado. Mas nós não fazemos anúncios que depois não concretizamos e depois não ficamos desesperados e chegamos aqui e mandamos assim as bolas para todo o lado a ver se alguém as pega, nós não pegamos. E portanto, como nós estamos no ponto da Ordem de Trabalhos da Informação da Actividade Municipal, eu quero saudar o Executivo desta Câmara, pelo facto de nos apresentar um trabalho desenvolvido em dois meses que em muitos sítios do País naturalmente não por incompetência dos eleitos mas por coisas em concreto, provavelmente não fazem durante um ano, e nós estamos a analisar e volto a dizer que estamos numa parte da Ordem de Trabalhos, que é analisar este documento, e eu gostava de realçar dois ou três aspectos. Esta questão da Direcção de Projecto de Parcerias para o Desenvolvimento Local, que é em cooperação com os próprios. E Srs. Deputados ontem nós tivemos uma experiência perfeitamente sui generis, é que a CDU apresentou ontem uma Moção em que se disponibiliza para apoiar o Executivo da Câmara para um conjunto de projectos que efectivamente vai contribuir para a dinamização do Comércio Local da vida da Cidade. Pois ficamos muito espantado e por isso é que nós dizemos sui generis, que o PSD e o PS chumbou essas mesmas iniciativas da CDU no sentido de apoiar a Câmara Municipal para que haja o desenvolvimento do nosso Concelho. Aparentemente parece que a CDU faz propostas e trabalha, os outros têm inveja de não poderem fazer este trabalho e então não fazem mais do que gozar, rechaçar e agora como vamos entrar em campanha eleitoral, até vão ao ponto de dizer que o trabalho desenvolvido nestes dois meses e que ontem de alguma maneira foi consubstanciado na Moção, do ponto de vista, para o futuro era meramente campanha eleitoral. Portanto Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes, é com este tipo de políticos locais que nós temos que lidar e portanto é acima de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tudo com a necessidade que nós temos de esclarecer e não entrar na provocação. Portanto, nós estamos muito contentes, eu destaco igualmente a continuação do desenvolvimento do Conselho Local da Acção Social, onde nestes dois meses se concretizou a entrada de novas e representativas organizações sociais que demonstram a credibilidade que o nosso Município tem no sentido de trabalhar em prol das populações.-----

Destaco igualmente todo o capítulo dos Recursos Humanos. Os Recursos Humanos têm do ponto de vista da acção social e com novos equipamentos, mas também com uma Saúde Ocupacional que no momento em que há os ataques todos ao Serviço Nacional de Saúde, nós vemos aqui uma autarquia da CDU a defender os interesses dos Serviços Públicos e neste caso em concreto dos trabalhadores.-----

Também vem aqui aquilo que ontem de alguma maneira foi aqui levantado que são os estudos e implementação para aplicação do SIADAP, e não deixa de ser curioso que quem, tivemos oportunidade de referir, quem faz Leis que atrapalham a carreira, a progressão das carreiras, as retribuições dos trabalhadores, digamos as quotas para a subida na carreira profissional, sejam os mesmos que depois vêm aqui e dizem que a Autarquia está a prejudicar os trabalhadores porque nem o SIADAP sabe aplicar.-----

Nós estamos de facto numa situação de destaque também deste Relatório, uma coisa que me parece muitíssimo interessante que é no plano do Departamento de Educação e Juventude, digamos toda e muito diversificadas iniciativas que não são só pequenos concertos, e aqui às vezes de uma forma folclórica querem minimizar a actividade deste Departamento para a Juventude e para a população, mas as muitas iniciativas envolvendo as diversas associações e as comunidades locais.-----

Não posso ser muito exaustiva mas quero dizer que para trabalho de dois meses, penso que esta Autarquia, que este Município está a corresponder àquilo que foi a confiança dos eleitores, isto é, a CDU não é quem anuncia projectos e depois não os cumpre, não os concretiza. Tomaram os Srs. Comerciantes, as micro pequenas e médias empresas que se concretizem os apoios que o Governo tem anunciado nomeadamente de baixar os juros do crédito, criar efectivas condições de crédito a quem quer investir, pôr os gastos operacionais como sejam a electricidade e outras coisas. Porem efectivamente a Caixa Geral de Depósitos ao serviço das micro pequenas e médias empresas, pudessem elevar o nível de vida dos trabalhadores e das populações para que efectivamente atinjam graus de poder de compra razoáveis e seguramente que os nossos micro pequenos e médios empresários não andariam aqui tão aflitos quanto andam. Não estariam com uma situação de desemprego perfeitamente assustadora em que este Governo anuncia, anuncia, mas não aplica."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.1.2.7 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu não podia deixar de intervir em resposta a esta provocação e uma tentativa de passar aqui um atestado de menoridade intelectual a esta Assembleia. Parece que a CDU esquece-se e tem falta de memória em relação ao historial deste Mandato, não só a CDU apresentou a proposta de ontem, como o PSD também já apresentou inúmeras propostas em relação ao comércio local e tradicional do Concelho de Almada e que eu me recorde não houve uma única que a CDU apesar de nós nunca fazermos considerandos nas nossas propostas sobre o trabalho ou a falta dele da Autarquia, sempre a CDU chumbou todas as nossas propostas. Todas. E portanto, vir aqui dizer que ontem fizeram uma proposta iluminada em relação ao comércio local, quando aquilo que nós fomos ver e podemos constatar é que se tratava apenas de uma propaganda em relação a um conjunto de intervenções que eu próprio tive ocasião de sublinhar a questão do Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento que nós a semana passada já tínhamos chegado à conclusão quando visitámos a Agência Novalmadavelha, que nada estava feito, depois fazem aqui na deliberação um considerando a manifestar o apoio e apreço às iniciativas da Câmara de Almada e queriam que nós aprovássemos este documento? Quando nós já fizemos propostas concretas sobre o comércio local sem tecer considerandos em relação àquilo que tinha sido feito ou mal feito pela Câmara, e vêm para aqui dizer que nós é que estamos contra o comércio quando nós já fizemos inúmeras propostas que os Srs. rejeitaram? É passar um atestado de menoridade intelectual a esta Assembleia. E portanto se querem nivelar o debate parlamentar por cima, sejam honestos e não teçam considerações laterais desta índole que não são verdadeiras e não respeitam tudo aquilo que é participação de todos os Grupos Parlamentares nessa Assembleia Municipal. Porque quer o Bloco de Esquerda, quer a CDU, quer o Partido Socialista, quer o PSD têm falado sobre este assunto, têm feito propostas sobre este assunto. Portanto se querem ser correctos falem por igual, toda a gente tem preocupações de uma forma ou de outra sobre o comércio local, agora há uns que têm tido o poder e não têm conseguido fazer nada, há outros que têm feito propostas e têm-nas visto chumbadas."-----

6.1.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O Bloco de Esquerda como é hábito costuma aproveitar este ponto da Ordem de Trabalhos para colocar questões do dia-a-dia, questões de pouca monta, mas que são importantes para as pessoas, e é isso que vamos continuar a fazer. Começar por me regozijar por ter havido uma intervenção na Av.^a da Fundação depois da última Assembleia Municipal. Da facto foi um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalho a pedido digamos assim, foi feito, foi muito bem feito e foi o suficiente para modificar aquela visibilidade dentro de uma casa abandonada e foi bom que tivesse sido feito. Portanto, vale a pena colocar aqui as questões, questões que nos devem preocupar a todos nós, porque são questões que preocupam as nossas populações, e é nesse sentido que eu vou aqui referir mais algumas situações desse tipo.-----

A primeira questão que eu gostaria de referir tem a ver com a entrada no Hospital Particular de Almada. Eu não conhecia a entrada do Hospital Particular de Almada, agora ultimamente é mais uma coisa que eu junto ao currículo, passo ali algum tempo e verifico que é necessário fazer ali uma intervenção, basta uma ambulância parar para deixar sair as pessoas, sobretudo as que vão fazer a hemodiálise que o acesso das restantes pessoas fica completamente inviabilizado. Portanto, basta tirar dali aqueles pilaretes com as correntes e já facilita o acesso. Isto é uma questão real que todos os dias a todas as horas prejudica imenso as pessoas, sobretudo as que têm dificuldade em se deslocar, e era interessante que aquela situação fosse vista e remediada.-----

Nós estamos a chegar ao final de mais um Mandato e eu penso que é visível a dificuldade que a Câmara tem tido em resolver questões relacionadas com pequenas obras. Se nós andarmos com um bloquinho na mão a passear pelo Concelho, deparamo-nos com dezenas, mas largas dezenas de situações de pequenas obras que em nada abonam em favor da vida autárquica, em nada contribuem para que as pessoas acreditem nos Autarcas, eu falos nos Autarcas em geral. E acho que é dever de todos nós trazermos aqui as questões mesmo que elas à partida pareçam de pouca importância.-----

Na Cova da Piedade, na Rua dos Bombeiros Voluntários foram utilizadas em tempo umas instalações que existiam na Cova da Piedade, na Rua dos Bombeiros Voluntários, aquilo está abandonado há anos. Eu pergunto se não pode ser dado nenhum tipo de utilidade àquele espaço que está completamente abandonado. Era importante que houvesse um olhar sobre essa questão. A exemplo do que foi feito na Av.^a da Fundação eu penso que é urgente ter uma intervenção na vivenda do Largo 5 de Outubro, passem por lá, olhem para aquilo, não pode ser, isto não é repetir as coisas a ponto de cansar os Srs. Deputados Municipais ou a Sr.^a Presidente, não é. É preciso intervir ali, é preciso remediar aquela situação. Ou entaipar, porque não pode ser. O Proprietário não liga, a Câmara desliga e os dias vão passando. Não pode ser, tem que se inverter esta situação. Estou no Largo 5 de Outubro, para quando a resolução do problema que nasceu depois de se ter mudado o sentido da Rosas do Pombal, no Largo 5 de Outubro frente ao Jardim, está aquela situação com aqueles blocos de plástico há meses, se calhar já passa de um ano. Para quando a resolução daquele problema? Se isto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

não é uma dificuldade de resolver pequenos problemas, então expliquem-me que é capaz de ser preciso um projecto, algum arquitecto ai da Suíça ou assim para resolver aquele problema. Eu penso que não é preciso tanto, pelo menos até se pode resolver provisoriamente, depois venham os arquitectos especialistas e resolvam definitivamente. Mas como em Portugal o provisório às vezes é definitivo, que seja mas não daquela forma.-----

No início da Rosas do Pombal está ali outro mamarracho, agora puseram para lá mais uns, antigamente eram uns plásticos baixinhos, agora cresceram já são altos. Eu acho que isto aqui há qualquer coisa que está mal.-----

Na Av.^a Rainha D. Leonor, eu lembro-me que há quatro anos pus aqui a questão daquele terreno expectante que está na Rainha D. Leonor, passaram-se quatro anos, continua exactamente na mesma, é perguntar se na altura havia a ideia de um espaço do mini mercado, uma coisa do tipo, se há alguma notícia sobre se vai haver ali algum investimento.--

Na Cova da Piedade existem rua com difícil cesso para a recolha do lixo. A recolha do lixo em quase todas as ruas é feita com contentores individuais à porta dos prédios. Eu pergunto se já existe algum levantamento das ruas mais complicadas, onde o acesso da camioneta do lixo se faz com dificuldade e por vezes o motorista sobe quase até ao cimos das ruas e depois tem que a fazer novamente toda de marcha atrás, porque devido ao estacionamento feito de forma incorrecta, a camioneta da recolha do lixo não consegue passar. Essa também é uma questão que exige solução. São algumas sugestões que eu apelava a que fossem resolvidas."-----

6.1.2.9 - O Sr. Deputado Municipal Amadeu Vaz:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu queria mais uma vez chamar a atenção para um assunto que está a acontecer na Marisol, aquela rotunda provisória que tem lá três suportes com uma chapa de indicação que estão totalmente destruídos e que já vários carros lá bateram porque aquilo está amachucado e não são as pessoas que vão ali amachucar aquilo, aquelas embalagens de plástico estão todas destruídas, cada uma para seu lado, eu acho que seria melhor tirar aquilo dali, porque efectivamente está ali um perigo para os automobilistas e para as pessoas. Às vezes vão a passar e levam com um depósito daqueles. Quer dizer, de uma vez por todas, é a terceira vez que chamo a atenção disto e acho que qualquer dia o que acontece é que vão pedir indemnizações à Câmara por causa de acidentes com as viaturas e provavelmente com as pessoas. Agora queria chamar a atenção para uma das coisas que penso que não se deve fazer, é aquilo que fizeram na Rua Amadeu Sousa Cardoso, por sinal foi um grande pintor português, como todos sabemos, aquela rua foi posto lá um género de um pequeno tapete de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

alcatrão que derreteu totalmente, os carros passavam lá cheios de alcatrão e vinham despejando o alcatrão por aí fora, aí uns vinte, trinta, quarenta metros. Depois alguém se lembrou de ir lá pôr um bocado de gravilha e agora aquilo levantou lá buracos por todos os lados. Quando fizerem este tipo de intervenções, mais vale que sejam feitas como deve ser para não ter que andar a fazer duas e três vezes a mesma coisa. Para já são duas chamadas de atenção que eu fazia e pedia encarecidamente que tomassem nota daquela rotunda na Marisol porque de facto aquilo está uma situação muito precária."-----

6.1.2.10 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Também queria aproveitar este período para trazer aqui algumas questões e para mais uma vez falarmos aqui de assuntos e acompanho o nosso colega o Deputado Luís Filipe do Bloco de Esquerda porque há aqui situações que a gente traz, trazemos aqui preocupações importantes, situações que a população vive no dia-a-dia e parece que fica sempre tudo na mesma, parece que ninguém ouve, parece que ninguém sabe. Por exemplo a circulação no Centro de Almada, esta semana foi distribuído este panfleto que diz que a partir do dia 01 de Julho vai haver alterações na circulação no meio da Freguesia de Almada, no caso da Capitão Leitão, é no caso da Av.^a Heliodoro Salgado, na Rua da Incrível. O que é que se passa? A circulação no centro de Almada é uma confusão total, porque fez um Plano de Acessibilidades 21 através daquela empresa da Transitec, mudou-se tudo e agora está a voltar tudo ao início, ao que era. Porque inclusive são as pinturas no chão, não correspondem neste momento em muitos sítios à circulação, no caso da Capitão Leitão. Estas ruas, foi completamente alterado o sentido do trânsito, agora vai voltar ao que estava no início e é isto que nós sinceramente não conseguimos compreender, porque a Divisão de Trânsito que provavelmente é a entidade mais responsável por isto, não consigo compreender como é que deixa há meses situações que estão assinaladas por nós, que já aqui foram faladas diversas vezes como aquele famoso sinal na Rua Mendes Seabra que continua a dar vermelho, não sei para quem e continua lá ligado há meses que falamos nisto, toda a gente vê aquilo, parece que menos a Divisão de Almada. Esta situação que foi referida na Cova da Piedade é outra, está ali há meses. As rotundas provisórias há meses, mas como Almada é pensada, Almada é amada, eu não sei onde é que está Almada amada, porque andamos constantemente nestas alterações andarmos constantemente a não ver aquilo que está mal, não dá para perceber. E há outra coisa que eu gostaria de vos alertar, que é, nós neste momento com a actuação da ECALMA em Almada, eu sou uma pessoa atenta e eu próprio tenho alguma dificuldade em compreender a actuação da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ECALMA, eu vou dar o exemplo do estacionamento de Cacilhas, junto ao Quartel dos Bombeiros de Cacilhas que durante muito tempo não teve qualquer tipo de fiscalização da ECALMA e aquilo era por assim dizer a rebaldaria total, em bom português, porque era, inclusive os pinos de delimitação do parque estavam completamente deslocados, e agora de repente a ECALMA começou a intervir outra vez. E é isto que não dá para perceber, é a incoerência. Ou se actua ou não se actua. Os parques são aprovados, depois não há actuação da ECALMA, depois voltam a actuar, porque é assim, as pessoas são autuadas, as pessoas perguntam porque é que são autuadas, porque há alturas em que não são e há alturas em que são. Isto não faz sentido. E eu gostaria mais uma vez que me pudessem dar alguma explicação porque é que isto acontece, e porque é que os funcionários da ECALMA muitas vezes, e em Cacilhas então é flagrante, passam numa rua multam de um lado, não multam do outro, depois atravessam a rua. Ainda há dias uma pessoa que assistiu, e é um Membro da Assembleia de Freguesia de Cacilhas e até nem é do meu Partido por isso eu estou completamente à vontade e posso transmitir isto, porque a preocupação dele é a preocupação de outras pessoas, de carros parados em cima de passadeiras e a bloquearem os passeios e a ECALMA não multa, ali a ECALMA passa ao lado, inclusive os fiscais atravessam o passeio para não ir lá. E é isto que não dá para perceber, qual é a coerência? Há ou não actuação?-----

E duas perguntas muito rápidas. No resumo da Actividade que nos foi distribuída fala: "Planos de Pormenor em elaboração", gostaria de saber em que fase é que este Plano se encontra, estes dois Planos? O Plano do novo Centro Terciário da Charneca de Caparica que já foi alvo de uma cerimónia de apresentação e que até hoje o terreno continua vazio e não se sabe novidades, se o Centro avança ou não avança. E o Plano de Pormenor de Requalificação Urbana e Fluvial de Cacilhas em que ponto é que está e em que fase é que está?-----

6.1.2.11 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Todos nós já percebemos que estamos a entrar num período conturbado, um período exigente, um período em que não se pode perder a educação. Eu acho que isso é uma questão fundamental no período que vamos viver. E fundamental para os políticos e fundamental para as populações porque seguramente todos vamos querer ser todos respeitados, todos. Mas para sermos respeitados temos que nos fazer respeitar. E eu não vou entrar em abordagens às desconsiderações porque penso que para bom entendedor meia palavra basta e portanto vou centrar-me nas questões concretas que foram aqui



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trazidas e começava por dizer que nós temos para apreciar exactamente a Actividade Municipal, é este o ponto da Ordem de Trabalhos, desenvolvida em dois meses. É isto que diz a Lei, apreciar a Actividade, é uma Reunião Ordinária da Assembleia Municipal, apreciar a Actividade da Câmara desenvolvida em dois meses. Não é apreciar a Actividade dos Serviços todos os dias, etc.. O que não quer dizer que não possa e não deva e é positivo que sejam aqui apresentadas questões que não estão bem, que é preciso como enfim na rua estarmos atentos quando o Cidadão se nos dirige também os Deputados Municipais podem dar essa ajuda e naturalmente que ela é bem vinda, é importante e deixava aqui a nota da intervenção do Deputado Luís Filipe que aqui disse que houve uma situação colocada e que foi resolvida. Há outras, pois muito bem, registamos, analisamos e com os Serviços e junto dos Serviços intervimos para que aquilo que não está bem possa e deve ser corrigida e corrigida adequadamente e também percebemos porque é que não está feito, porque muitas vezes aquilo que não está tem razões justificadas para não estar.-----

Eu queria dizer que nós temos as Opções do Plano, foram aprovadas por esta Assembleia Municipal. Uns votaram a favor, outros votaram contra, outros abstiveram-se. E naturalmente quando a Câmara Municipal está a executar aquilo que foi a decisão da Assembleia Municipal é natural que quem votou contra não goste de ver aquilo que se está a fazer lá fora. Estão no vosso direito. Agora não pode naturalmente isso corresponder ou pretender-se a partir daí fazer uma inspecção sistemática ao Órgão Executivo. Há uma questão que é fiscalização, há outra que é inspecção. E portanto fiscalização há um documento que é entregue e portanto tem toda a actividade. Também em relação aos Requerimentos que são apresentados para que haja respostas também são dadas as devidas respostas. Mas uma coisa é fiscalização, outra coisa é inspecção. Inspeção é uma responsabilidade das tutelas, do Tribunal de Contas, da Inspeção-Geral do Ordenamento do Território, etc. Existem variadíssimas tutelas sobre os Municípios que fazem as inspeções, que são da sua competência, que avaliam o que está regular, o que está irregular e que naturalmente sancionam quando existem situações irregulares. Nós somos aquele Município que mais inspeções tem tido em todos os tempos. Desde que temos Poder Local Democrático, não há Mandato em que não hajam "n" inspeções e felizmente naturalmente que gostamos das inspeções porque em qualquer entidade, empresa, poder público, é preciso que existam porque são as ditas auditorias na medida em que também ajudam a que questões menos bem tratadas do ponto de vista administrativo, ou de medidas de gestão também possam ser identificadas e são ajudas para aperfeiçoar o trabalho. Mas também quando há irregularidades, naturalmente que são intervenções para



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

sancionar. E nós não temos até hoje, desde o 25 de Abril até hoje qualquer sanção derivada de qualquer inspeção na nossa Câmara Municipal. Portanto, o que eu queria dizer é que o que está na rua corresponde àquilo que foi a decisão da Assembleia Municipal aprovando as Opções do Plano. E nomeadamente no que diz respeito ao reforço da imagem do Concelho e em todas as suas dimensões e à promoção de Almada nas suas múltiplas vertentes. Isto de uma forma sintética está nas Opções do Plano e portanto aquilo que a Câmara está a fazer é cumprir aquilo que foi aprovado em termos de Opções do Plano. E também queria dizer que isto é dar trabalho, porque se, se quer que haja mais desemprego, então a Câmara Municipal não contrata o dito serviço de limpeza, a Câmara Municipal não manda fazer uma exposição, a Câmara Municipal fecha os Serviços Culturais, Desportivos, etc.. Não faz um boletim, não faz um cartaz, não faz um outdoor, não faz nada. Eu pergunto se for essa a opção da Câmara Municipal, qual é a situação do ponto de vista da empregabilidade? Será que isto não se reflecte depois nas micro e pequenas empresas, que trabalham em múltiplas áreas associadas a isto que eu acabei de dizer, mas também àquilo que não disse, mas que todos com certeza entendem o que acabei aqui de referir. Portanto, o que digo é que estamos exactamente a cumprir as Opções do Plano e o que digo é que os Serviços têm obrigações de cumprir os procedimentos legais e têm que os cumprir, nomeadamente o código do procedimento administrativo, é uma responsabilidade dos serviços cumprir o código do procedimento administrativo, e isso não é o eleito que diz é assim ou é assado. São os Serviços que põem em prática a aplicação do Código do Procedimento Administrativo. Por isso qualquer aquisição de mobiliário, de qualquer que seja a despesa, de qualquer que seja a obra está sujeito ao Código do Procedimento Administrativo, e está sujeito naturalmente às tramitações que os Serviços desenvolvem e está sujeito dentro daquilo que a própria lei também estabelece a decisões da Câmara Municipal que à primeira e à terceira quarta-feira de cada mês reúne para tomar decisões no âmbito das suas competências. Portanto, eu digo isto para que fique claro que a suspeição que é sistematicamente utilizada para pôr em causa a imagem da gestão, tem que ser contrariada. Portanto, há naturalmente um trabalho dentro de regras, um trabalho dentro de obediência a legislação de decisões municipais que está a ser desenvolvido, e portanto com isto respondi a tudo o que me perguntaram.-----
Depois, queria dizer também que felizmente que no nosso Concelho nós reivindicamos com firmeza e trabalhamos com lealdade. Reivindicamos com firmeza. Nós não somos daqueles que deixamos de marcar as nossas posições de uma forma firme, veemente através do diálogo, a posições públicas exigindo aquilo que a nossa população tem direito. E fazemo-lo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

com toda a educação, e fazemo-lo através do diálogo e quando o diálogo não dá resultado, naturalmente que nós também falamos na praça pública. E eu quero aqui dizer que de facto ainda bem que assim somos, porque senão o que nós tínhamos hoje na zona de Cacilhas, na zona da Lisnave era o chamado Manhattan, aquilo que o povo de Almada não queria. Mas também aquilo que nós conseguimos foi pelo nosso trabalho, pelas decisões municipais, dentro das Leis, dentro das regras, conseguir fazer um concurso público intermunicipal desencadear um processo que começou em 2001 e que naturalmente foi muitíssimo participado, numa metodologia muito avançada, hoje felizmente seguida porque fez escola e hoje nós temos e bem o gosto de ver o Governo a considerar um bom projecto e a incluí-lo no Arco Ribeirinho Sul. Mas naturalmente que fizemos muito trabalho. Esse trabalho é reconhecido e ainda bem que assim é. Também gostava de dizer que naturalmente o nosso Metro Sul do Tejo foi um processo difícil, foi um processo que exigiu muita luta, muitas posições públicas, muito na praça pública, muito na comunicação social, até houve televisões que não quiseram passar um spot dos municípios ponto em evidência aquilo que era a necessidade do Metro na Margem Sul do Tejo. Houve quem se tivesse recusado de televisões nacionais a passar em publicidade paga aquilo que eram as necessidades da Margem Sul em termos de transportes colectivos nomeadamente Metro Sul do Tejo. Pois bem, nós fizemos e fomos à Expo 98, e penso que ganhamos o Metro na Expo 98, com iniciativa, com proposta, com mostrar que tínhamos razão. E portanto o processo não foi fácil, mas valeu a pena. Eu acho que vai valer a pena e com toda a lealdade trabalhamos e com toda a cooperação trabalhamos e eu não gosto de roupa suja, roupa suja não. Pôr as questões com toda a frontalidade e com verdade perante todos, sim. Lavar roupa, não. Nem aquela que vem dos Gabinetes, nem aquela que vem de cada um individualmente, isso não faço. Mas é preciso continuar a luta pela extensão do Metro, seguramente, diálogo, luta das populações, nós não tínhamos o Hospital Garcia de Orta se não tivesse havido luta. Como o Hospital de Seixal, vai haver porque houve luta. E portanto é preciso também, é um direito democrático, das populações, dos órgãos locais, naturalmente diálogo, sentamo-nos à mesa, não andamos à estalada uns com os outros, os autarcas não batem nos governantes, nem os governantes batem nos autarcas. A democracia trouxe-nos o direito naturalmente de intervir, de reivindicar, de lutar, mas também nos trouxe o dever de dialogar, de construir e é isso que nós fazemos, a mesma coisa em relação ao Polis da Caparica foi um processo longo, difícil, mas por proposta, por concertação, por diálogo, por exigência, tudo isso tudo misturado valeu a pena e vai continuar a valer a pena. E penso que o povo de Almada ganha em ter autarcas assim. E



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tem muitos e é bom que tenha muitos. E portanto eu deixava aqui estas notas porque naturalmente que o povo sabe quem tem e obviamente que isso é que importa.-----
Queria deixar também a nota de que é preciso falar verdade sempre defendemos isso, verdade acima de tudo, nós até dizemos que só a verdade é revolucionária. Portanto, eu quero dizer aqui e está aqui quem sabe disto, na Novalmadavelha há trabalho e o Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento tem trabalho e tem resultados. E dizer que nada está feito, é uma ofensa a um conjunto de parceiros que trabalham na Novalmadavelha, que tomaram a decisão de conduzir este processo e é os trabalhadores que lá estão, de uma forma competente e empenhada a trabalhar. O Conselho de Administração é constituído por, Presidente da Câmara, Director da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente da Delegação de Almada da Associação dos Comerciantes, Representante do Santuário do Cristo Rei, portanto é um Conselho de Administração e tem os trabalhadores. E o Conselho de Administração decidiu encomendar um trabalho, fazer um concurso, encomendar um trabalho, acompanhar o trabalho, os trabalhadores da Novalmadavelha têm trabalhado e o processo tem vindo a ser concretizado. Dizer que não há nada, é feio e não foi isso que a Directora, a Administradora Delegada disse na visita e vejam só a Administradora Delegada recebeu como naturalmente as coisas assim são, recebeu quem pediu para ser recebido. E de uma forma muito séria, muito construtiva, muito elevada organizou-se e apresentou a quem pediu a visita uma ilustração clara daquilo que se passa nesta Agência de Desenvolvimento Local, que tem êxitos, que tem trabalho e que é um belíssimo projecto de parceria para o desenvolvimento local. Queria também deixar nota do seguinte, é preciso não nos esquecermos que as políticas nacionais são muito importantes senão passamos a ter a ideia de que os governos locais, os Municípios podem resolver todos os problemas e não é preciso Governo, isto era uma subversão completa. Nós também não queremos assim, achamos que deve existir um outro patamar que é a Região eleita directamente pelo povo com órgãos próprios, agora não haver Governo, não. E portanto ser tudo da responsabilidade dos governos locais, Municípios, é um absurdo. Naturalmente que o Governo Central tem competências e tem responsabilidades. E as políticas nacionais naturalmente competem aos Governos Centrais que sejam tomadas e bem tomadas. E naturalmente que nós temos aqui bem patente a situação a que o País chegou e é preciso sermos claros e frontais. A situação a que o País chegou foi pelas políticas dos Governo do Partido Social Democrata e do Partido Socialista que passaram por lá, e nós temos que dizer isto. Não foi o governo local, não foi a Câmara Municipal que criou a situação em que Almada e o País vive. Não foram as Câmaras Municipais que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

criaram a situação que os Municípios e as populações dos Municípios e do País vivem, foram os Governos da República. Isto tem que ser dito e repisado, porque isto é verdade. Os governos locais naturalmente não ficam indiferentes aos problemas e por isso inventam mil e uma maneiras de em parceria conseguirem encontrar projectos para atenuar os problemas criados pelas políticas erradas do ponto de vista nacional. E eu queria aqui dizer que naturalmente que nós não vamos para a televisão como sempre fazemos, e eu gostava aqui também de dizer o seguinte, todos os anos há, todos os anos o nosso Município cumprindo as Opções do Plano, todos os anos tem planos de comunicação, mas sempre no último ano de Mandato é que parece que cai o Carmo e a Trindade, parece que nunca fizemos nada. Isto é espantoso, porque quem tem memória, quem acompanha a vida local sabe que todos os anos há um plano de comunicação que inclui, nomeadamente a televisão em vários domínios e naturalmente que nós projectamos o Concelho, e projectamos o Concelho no sentido de atrair para o nosso Concelho os estudantes, os investigadores, os investidores, os turistas, as pessoas que gostam de cultura porque é fundamental, porque é na medida em que nós procuramos atrair para o Concelho todos estes sectores que naturalmente a riqueza local é maior e que obviamente as condições também do ponto de vista económica e social podem ter alguma evolução. E portanto nós não abdicamos disto. E dizemos o que é verdade, o que está feito e dizemos que há neste Concelho incentivos e há incentivos. A própria Assembleia Municipal aprovou, dizer que não é verdade é naturalmente não estar a ser verdadeiro porque a Assembleia tem competências e a Assembleia aprovou os incentivos quer para o comércio tradicional, a isenção da Derrama, quer para as questões da isenção dos oitenta por cento para os empreendimentos turísticos ou para as indústrias, quer dos cem por cento para as indústrias de base tecnológica, então nós não vamos dizer isto ao País, não vamos dizer isto a quem quer investir? Temos que dizer. Porque se nós não dissermos então dizem-nos coitadinhos não sabem governar, não sabem fazer nada. Bom, e eu também gostava de deixar aqui a nota relativamente à questão da Loja do Cidadão. Isto é de facto um folhetim muito interessante, obviamente que já percebemos todos que de vez em quando e sobretudo neste período as questões são colocadas da forma como já ouvimos. Mas esta Assembleia Municipal tem acompanhado o processo da Loja do Cidadão e não nos podemos esquecer que houve uma primeira Reunião exactamente com a Sr.^a Professora que hoje é Secretária de Estado. Essa Reunião foi realizada em 15 de Fevereiro de 2006, depois de muitas diligências, reuniões com a Associação dos Comerciantes, com os comerciantes, a questão do Centro Comercial M. Bica, todo isso, e conseguimos em Fevereiro de 2006 uma reunião. E nessa reunião foi-nos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dito, nós vamos para um outro modelo, ainda não sabemos qual, mas a loja de primeira geração deixou de existir, já não existe loja de primeira geração, estávamos em 2005, há quatro anos. O que é que acontece a seguir? Nós propusemos e penso que estarão lembrados, nós propusemos que houvesse um protocolo entre a Câmara e esta entidade, a unidade coordenadora para a Loja do Cidadão de modo a experimentar aquilo que era ou que se configurava vir a ser a futura tipologia de Loja do Cidadão. Fizemos essa proposta, deixamos essa proposta. Relativamente ao chamado novo modelo, porque era preciso testar, andava-se à procura, podíamos fazer aqui e então daqui poder-se-ia evoluir. A própria Assembleia Municipal tomava posição de apoio à proposta da Câmara de celebrar este protocolo no sentido de experimentar o modelo. Bom, entretanto não teve "ai" nem "ui", e nós em Junho de 2006, com o nosso Presidente da Assembleia Municipal e eu própria, nós tivemos uma reunião com o Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna, hoje Presidente da Câmara de Lisboa, a quem apresentámos o assunto. Por acaso estava com o Sr. Presidente, a Sr.^a Professora que ainda era Adjunta para Coordenar deste assunto. E o que nos foi dito pelo Sr. Ministro? Porque era preciso rentabilizar os espaços e então em Almada existia o Centro de Emprego, os Serviços da Acção Social, o Registo Civil, a 1.^a Conservatória, a 2.^a Conservatória, a 1.^a Repartição de Finanças, a 2.^a e 3.^a e que a Câmara fizesse com estas entidades uma reunião no sentido de se avaliar em que medida é que com uma Loja do Cidadão se poderia disponibilizar um dos espaços destas entidades, de uma destas qualquer entidade para que a Loja do Cidadão pudesse ser instalada. E nós fizemos uma reunião no dia 12 de Julho de 2006. E no dia 20 nós estávamos imediatamente a dar conhecimento do resultado, porque estiveram todas as pessoas e a conclusão foi, não é possível, não há condições. Portanto em Almada disseram-nos os espaços que nós temos, nós temos falta de pessoal, nós temos falta de espaços e portanto não é possível. E nós naturalmente colocamos a questão. Depois há, não vou ler tudo, porque isto são muitas páginas, com muitos ofícios, muitas reuniões, etc.. Mas eu queria aqui dizer que nos foi pedido para indicarmos se em Almada existiam espaços públicos, espaços públicos disponíveis para a localização da Loja do Cidadão, isto foi pela Agência de Modernização Administrativa, nós fizemos esse trabalho, identificámos a EDP, identificámos as Estradas de Portugal, e fizemos uma reunião com o responsável da Agência de Modernização Administrativa, dia 12 de Outubro de 2007, entregámos tudo para que fosse analisado e se concluísse se sim ou não se poderia aproveitar esses espaços públicos, parece que entretanto a Estradas de Portugal já foram vendidas, o Governo tem necessidade de dinheiro, as autarquias não, mas pronto, vendeu, agora parece que já não é possível o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

edifício, mas a EDP está lá e o edifício está às moscas e portanto seria um bom aproveitamento. Isto ficou de ser analisado. Entretanto mudou, deixou de haver esta figura e passou a haver a Estrutura de Missão e nós reunimos com o responsável pela Estrutura de Missão, e fizemo-lo em 22 de Maio de 2008 e nessa reunião abordamos novamente tudo e ficou o Sr., agora já não havia QREN, lá atrás havia QREN, portanto quando nós chegámos aqui já não havia e nós analisámos e ficou então o responsável e bem, e depois cumpriu um bocadinho. Mas há frente, em Fevereiro de 2004 a solicitação nossa porque de facto nós fizemos esta reunião em Maio e na ausência de resposta, nós em 13 de Janeiro de 2009 lembrámos a reunião de Maio e dissemos, o ofício pode ser lido e pode ser disponibilizado, nós dissemos o que é que tinha ficado entendido que era avaliação do tipo de serviço a integrar na referida Loja, o apuramento de valores envolvidos no referido processo ao nível do investimento, a definição do custo de euros o metro quadrado para arrendamento, porque é disso que se trata, ou seja a Loja do Cidadão se foi instalada, os custos são repartidos pelas entidades respectivas que lá se vão instalar. Isto já se quer ser mais papista do que o Papa. Naturalmente que o Município também dará a sua quota-parte, com certeza, nada disso está em causa. E então pedia-se uma resposta para se poder analisar a forma de parceria também do próprio Município no projecto em apreço. Isto 13 de Janeiro e então em 11 de Fevereiro nós tivemos a dita resposta que eu já aqui referi há bocadinho e no seguimento dessa de 11 de Fevereiro nós enviámos a tal outra que já vos disse há bocadinho que foi de 15 de Abril, porque entretanto não vinha mais resposta nenhuma. Nós dissemos, é preciso, falamos com o Centro Comercial M. Bica, a área era só mil metros quadrados e como disse no último piso e lá para dentro, e era necessário que o responsável viesse para avaliar, como nos diz que são 1500 a 1800 vamos avaliar então se é possível ou não de utilizar para se poder continuar o processo. Isto é exaustivo porque tem que ser exaustivo, porque se quer aqui dar a ideia que o Município faz assim os ofícios, que o Município está-se nas tintas para isto, até se pergunta qual é o modelo de financiamento que o Município apresenta quando isto até são custos repartidos por todas as entidades, veja-se onde se quer chegar para confundir as pessoas. E dizer que a Loja do Município está a ser em termos de investimento, está a ser assumido pelo nosso Município e que a entidade que vai instalar o cartão de cidadão vai lá por os equipamentos e nós vamos acertar as formas de funcionar com essa entidade. Não resolve a Loja do Cidadão, é uma questão pontual na Praça do MFA, para balcão único da Câmara dentro da modernização administrativa e lendo a informação sobre a Actividade Municipal encontram cá os projectos que nós estamos a desenvolver no âmbito da administração administrativa. Penso que isto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

está claro para quem quer perceber e para quem não quer nunca estará. Depois queria deixar aqui nota de que nós tomamos nota daquilo que naturalmente aqui foi dito, no entanto gostava de deixar informação de que o edifício antigo dos Bombeiros é para ser demolido e dar lugar, e há nos Serviços indicações para que isto seja feito e dar lugar a um pequeno estacionamento, portanto a Câmara adquiriu para demolir e para dar lugar a um pequeno estacionamento. As outras questões não querendo pôr em causa de maneira nenhuma o que aqui foi trazido, mas dizer que há experimentações, isto é dito recorrentemente, há experimentações que são feitas e depois em função disso é feito o projecto, mas de qualquer maneira por vezes também a nós nos parece tempo de mais para a experimentação, mas pronto está dito, é preciso perceber e naturalmente avaliar quais são as dificuldades e porque é que ainda não se chegou ao terreno a concretizar. Portanto tudo aquilo que está aqui dito, naturalmente que está registado e que vamos avaliar. A alteração da Capitão Leitão. Isto como diz o povo é cão por estar preso e é cão por não estar preso, nós não queremos ser cão de maneira nenhuma. Queremos é ser pessoas e ter diálogo com as pessoas e termos credibilidade nas relações com as pessoas. E quando nós implementámos, nós não somos cegos. E a prova que não temos nenhuma cegueira é que se ajustam porque são feitos estudos aqui ou acolá, verifica-se que ainda não está no momento de implementar ou que a medida não é muito ajustada e naturalmente revê-se e altera-se. Nós fizemos uma alteração na Capitão Leitão com muitos diálogos com a nossa Associação e com os nossos comerciantes e os nossos comerciantes voltaram a dizer que aquela solução ainda não é a que do seu ponto de vista é a mais adequada. Não custa nada, não traz grandes problemas do ponto de vista do tráfego, foi analisado, foi concluído que não é problemático porque é apenas uns acertozinhos ali, não é problemático e naturalmente é isso que se vai fazer é ajustar, porque senão também não vale a pena falar com as pessoas. Se nós decidimos e depois não alteramos nada só porque alguém depois vem dizer que afinal estão a alterar, não vale a pena falar com as pessoas. Nós achamos que vale, de devemos estar atentos, dialogantes, avaliar o que pode e deve ser ajustado e continuar naturalmente com o processo de diálogo desta maneira.-----

Os Planos, gostaria também só de dizer que a toda a hora muda a Lei e agora também temos as avaliações ambientais estratégicas, se supunha que um Plano estava a chegar ao fim eis senão que agora mesmo já estando à frente o entendimento é que mesmo assim é preciso voltar ao princípio fazendo as avaliações ambientais estratégicas. Quem legisla tem o poder de legislar, nós temos o dever de obedecer e cumprir a Lei e é isso que estamos a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

fazer por isso é que também um ou outro Plano se vai atrasando ao longo do tempo. É o melhor que posso dizer perante tudo aquilo que foi aqui colocado."-----

6.1.2.12 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
(Intervenção inaudível)".-----

6.1.2.13 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Os Requerimentos já foram respondidos, a informação que eu tenho é que os Requerimentos apresentados pelo PSD já foram respondidos. Tem que me dizer o que é que não foi respondido para eu nos Serviços perceber afinal há algum lapso ou não há? A resposta que eu tenho hoje dos Serviços é que os Requerimentos do PSD estão todos respondidos."-----

6.1.2.14 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Já levantei a questão ontem e levantei hoje a questão, deixava a interpelação à Mesa no sentido do cumprimento do Regimento, que fique registado em Acta que passado o tempo dos vinte dias previstos e dos quinze que supostamente deveriam ter sido comunicados pelo não cumprimento por algum problema dos Serviços da resposta aos Requerimentos, ao fim destes dias volto a reafirmar o PSD formalmente não recebeu qualquer tipo de resposta, eu não sei que serviços é que responderam, a quem é que responderam, certamente não foi ao Partido Social Democrata que direccionou os Requerimentos. E portanto, digo isto com elevação e educação de quem responde a quem faz as perguntas, sendo certo que infelizmente e mais uma vez eu gostaria de deixar esse registo à Mesa. A Sr.^a Presidente não respondeu à esmagadora maioria das nossas questões."-----

6.1.2.15 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----
"Srs. Deputados Municipais;-----
Sobre a questão dos Requerimentos o que informo é do princípio da Assembleia que é resposta entregue imediatamente é enviada a quem de direito, a quem formulou a pergunta, mas não posso no concreto dizer se estão todos ou não estão todos respondidos. Não tenho neste preciso momento de afirmar algo mais."-----

6.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 96/IX de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 06/05/2009, sobre «Adjudicação/Contratualização de um empréstimo de Oito Milhões de Euros com o BPI - Banco Português de Investimento», (**Conforme ANEXO XVII**).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.2.1 - Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, para apresentar a respectiva Proposta.-----

6.2.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A Proposta que trazemos é um pedido de autorização à Assembleia Municipal para que a Câmara formalize a contratualização de um empréstimo no valor de oito milhões de euros, um empréstimo a médio e longo prazo e portanto a fundamentação está contida na proposta. Como se diz no preâmbulo da proposta nós temos um conjunto de candidaturas aprovadas no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional, nomeadamente Almada Poente. Regeneração para uma nova centralidade, a revitalização de Almada Velha/Ginjal/Cacilhas e a requalificação da rede escolar e equacionada a situação da Câmara no que diz respeito à capacidade de endividamento e também tendo em conta as próprias orientações definidas na própria Lei das Finanças Locais. Entendemos que é uma boa medida de gestão avançar com a contratualização deste empréstimo, para o efeito foram solicitadas propostas às instituições bancárias, foram avaliadas as respectivas propostas na Câmara Municipal, o assunto foi analisado e tomada a decisão de naturalmente aprovar e remeter à Assembleia Municipal na medida em que se trata do órgão com competência nesta matéria."-----

6.2.2 - No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes e a Sr.^a Presidente da Câmara.-----

6.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.^a Presidente da Câmara, muito obrigada pela exposição que fez relativamente à proposta. Tenho a colocar-lhe uma questão concreta que diz respeito aos termos em que este empréstimo é contraído. Nos termos da minuta do contrato que nos foi apresentada, que é anexa à proposta, o prazo de reembolso do empréstimo será de vinte anos. Segundo a mesma minuta do contrato a primeira prestação do empréstimo apenas se irá vencer dentro de quarenta e dois meses, ou seja, empréstimo que estamos aqui a apreciar é um empréstimo que contraído agora vai começar a ser pago apenas daqui a quarenta e dois meses. E a questão que lhe colocava, Sr.^a Presidente da Câmara, era a justificação para tal, para que nós possamos ficar mais esclarecidos.-----

Como eu percebi que a Sr.^a Presidente da Câmara fez uma expressão de que se calhar é melhor eu ser mais claro, estamos a falar da cláusula 8^a, nº 2 da minuta do contrato da proposta que nos foi distribuída. Capital em dívida será pago em trinta e quatro prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação quarenta e dois meses após a data de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

entrada em vigor. Portanto era só para perceber a fundamentação de só daqui a mais de três anos começarmos a fazer o pagamento do empréstimo."-----

6.2.2.2 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Como o Sr. Deputado Municipal certamente terá percebido quanto à utilização, há aqui um período de carência até três anos, portanto é a proposta do banco, nós temos um período de carência de três anos, de utilização e carência. O empréstimo pode ser utilizado durante três anos. O banco faz a sua proposta naturalmente tendo em conta as condições que apresenta para financiar, abrir este crédito aberto como em relação a qualquer outra autarquia, é uma proposta do banco e que a nós nos parece perfeitamente adequada na medida em que temos aqui projectos a três anos e de acordo com a própria Lei das Finanças Locais se diz que é inclusivamente uma das recomendações, das orientações da Lei das Finanças Locais que o custo do investimento seja diluído ao longo da sua vida útil, é um dos aspectos que é referido na proposta técnica. Portanto, é a proposta do banco, a concretização destes projectos, parte deles são a três anos, as escolas não, mas quer a revitalização de Almada Velha/Ginjal, quer Almada Poente, são três anos e as condições de empréstimo são apresentadas pelo banco deste modo que aqui se apresenta."-----

6.2.2.3 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Obrigada Sr.^a Presidente pelo esclarecimento que prestou, mas confesso-lhe que continuo ainda a solicitar mais informação pelo seguinte, não vamos confundir o que é período de carência com período de vencimento do empréstimo. O período de utilização e carência do empréstimo é um período de trinta e seis meses, mas o período para pagamento da primeira prestação não são trinta e seis meses, a primeira prestação vence ao fim de quarenta e dois meses, ou seja, mesmo que utilizasse todo o período de carência apenas oito meses depois, ou seja, quase um ano é que o capital em dívida continuaria a ser restituído, como qualquer contrato, é um contrato que está aberto à negociação das partes e a questão que lhe ia colocar não é a questão do período de carência, que esse é normal como em qualquer linha de crédito tenha um período de carência, a questão que lhe coloco é porque é que se no seu entender é uma boa medida de gestão, qual é a fundamentação desta medida de gestão para que o prazo de reembolso da primeira prestação seja num tempo tão superior ao prazo máximo de carência."-----

6.2.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta N.º 96/IX, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Deliberação

Considerando que foram aprovadas no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional - QREN as candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal aos Programas de Regeneração Urbana e de Modernização do Parque Escolar;

Considerando que os Projectos aprovados são "Almada Poente - Regeneração para uma nova centralidade", "Revitalização de Almada Velha/Ginjal/Cacilhas" e "Requalificação da Rede Escolar", com um investimento total de 17.524.875 € que terá um financiamento do QREN de 5.967.009 €;

Considerando assim que para a concretização dos projectos importa assegurar o financiamento complementar dos investimentos a realizar;

Considerando também que o Município de Almada/Câmara Municipal tem uma capacidade de endividamento de médio e longo prazo, validada pelo DGAL do Ministério da Administração Interna, de 37.816.324,52 €;

Considerando ainda os princípios consignados na Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro), designadamente os artigos 35º, 38º nº 6 e 39º e a competência legal dos Órgãos Deliberativos Municipais.

A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 53º, nº 2, alínea d) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e na presença da informação determinada pelo artigo 38º, nº 6, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, delibera:

Autorizar a Câmara Municipal a contrair um empréstimo junto do Banco Português de Investimento - BPI, no valor máximo de 8.000.000,00 € (oito milhões de euros), de acordo com as cláusulas contratuais constantes da deliberação camarária de 06/05/2009, para cobertura complementar do investimento aprovado no âmbito do QREN para os projectos "Almada Poente - Regeneração para uma nova Centralidade", "Revitalização de Almada Velha/Ginjal/Cacilhas" e "Requalificação da Rede Escolar".

6.3 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 97/IX de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 03/06/2009, sobre «Alteração ao Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura "Cidade de Almada"», (**Conforme ANEXO XVIII**).

6.3.1 - Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, para apresentar a respectiva Proposta.

6.3.1.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu suponho que se trata de uma proposta simples de qualquer modo cá estamos para aquilo que tiver que ser esclarecido. Nós temos o Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura Cidade de Almada, o próprio Regulamento prevê a sua avaliação e os ajustamentos que se considerem adequados. Decorrido o tempo de experiência entretanto verificado, nós encontramos a necessidade de ajustamento de dois artigos tendo em conta que nos parece adequado também proceder a homenagens póstumas a arquitectos de referência no nosso País. E portanto como isso não estava claro no Regulamento, havia quem dissesse que se poderia deduzir, mas nós entendemos que havendo várias interpretações é preferível que fique claro e que não hajam depois quaisquer dúvidas ainda por cima estamos a tratar de pessoas que já não estão no reino dos vivos. E portanto a proposta que se traz é exactamente ajustar o artigo 2º e o artigo 4º para possibilitar a homenagem póstuma a arquitectos portugueses."-----

6.3.2 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta Nº 97/IX, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:-----

Deliberação-----

Determina o Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura "Cidade de Almada" no seu artigo 11º, nº 1 que o processo de atribuição do referido Prémio será avaliado regularmente podendo daí resultar ajustamentos.-----

É neste quadro que a Câmara Municipal vem propor à Assembleia Municipal a alteração do referido Regulamento por forma a ser considerada expressamente a possibilidade de o Arquitecto a homenagear, previsto nos três primeiros números do artigo 2º, possa ser promovido a título póstumo.-----

Pelo que a Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do artigo 53º, nº 2, alínea a), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera aprovar a alteração aos artigos 2º, nº 3 e 4º, nº 2 do Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura "Cidade de Almada", com a redacção constante da deliberação camarária de 03/06/2009.-----

6.4 - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 98/IX de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 03/06/2009, sobre «Alteração dos Estatutos da ECALMA», (**Conforme ANEXO XIX**).-----

6.4.1 - Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, para apresentar a respectiva Proposta.-----

6.4.1.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente a esta proposta, eu depois pedia ao Sr. Vereador José Gonçalves que fizesse o favor de se pronunciar quanto às questões que venham a ser colocadas, mas na apresentação o que gostava de sublinhar é que esta alteração aos estatutos da ECALMA, decorrem também da própria legislação e numa medida e tendo em conta a alteração sugerida pela própria ECALMA numa análise exaustiva também que fez, a Câmara Municipal apreciou e decidiu aprovar os novos estatutos da ECALMA com as alterações decorrentes da própria legislação que entretanto também justificou esta iniciativa. Entretanto como disse o Sr. Vereador estará à vossa disposição para os esclarecimentos que entendam colocar."-----

6.4.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Pedroso de Almeida; Maria Odete Alexandre; Luísa Ramos; Helena Oliveira e o Sr. Vereador José Manuel Gonçalves.-----

6.4.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Pedroso de Almeida:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Uma breve nota relativamente ao artigo 24º, que não foi objecto de alteração mas suscita uma questão que eu julgo que deve merecer a nossa reflexão. Este artigo fala sobre os poderes de tutela e diz de uma forma genérica que o Município de Almada exerce os poderes de tutela sobre a empresa e depois identifica e discrimina um conjunto de acções designadamente as aprovações das alterações estatutárias do Relatório da aprovação dos preços e por ai fora. Por outro lado o nosso Regimento estabelece como competência da Assembleia Municipal o acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara, dos Serviços Municipais, das Fundações e também das Empresas Municipais. O que se tem verificado é que esta matéria inerente ao funcionamento das Empresas Municipais, tem passado de uma forma geral à revelia desta Assembleia. Não vou questionar se essa é uma possibilidade legal e de restringir à Câmara Municipal e exercício destes poderes de tutela, mas tendo em conta os termos em que está elaborado o nosso Regimento de funcionamento e a importância do papel desta Assembleia Municipal a proposta que deixo é que para futuro seja ponderada a possibilidade de haver uma intervenção mais activa e mais efectiva desta Assembleia no acompanhamento da actividade das Empresas Municipais em geral e da ECALMA em particular. Fora do contexto deste ponto e porque há pouco a nossa bancada tinha esgotado o tempo, eu queria deixar uma nota relativamente à visita que efectuámos recentemente à Agência Novalmadavelha, e quero registar com apreço a forma como fomos recebidos, como fomos esclarecidos relativamente ao funcionamento e ao trabalho e a actividade da Agência, o reparo que fazemos é especificamente a um ponto que se refere ao Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento. É em relação a esse ponto específico que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nós concluímos que o trabalho que está feito está muito, muito aquém daquilo que seria expectável e que é desejável."-----

6.4.2.2 - O Sr. Vereador José Manuel Gonçalves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Breves, de facto, considerações relativamente ao Regimento da Assembleia, naturalmente leva-me o bom senso a que não diga nada, agora é evidente que a Lei diz que os documentos previsionais e de prestação de contas são aprovados pela Câmara Municipal e essa é a aplicação directa nos estatutos da empresa quer os que estão em vigor quer os que hoje aqui se trazem como proposta e têm sido prática, portanto naturalmente a Câmara Municipal recebe e delibera relativamente a todos os documentos importantes para a vida da empresa. E muitas vezes temos discutido aqui directa ou indirectamente a vida e a actividade da empresa e a sua intervenção na Cidade. É o que posso dizer."-----

6.4.2.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu presumo que não haja mais chamadas de atenção em relação a esta proposta que não me parece suscitar controvérsia. No entanto eu gostava de deixar aqui registado que lamento que justamente com a Revisão dos Estatutos da ECALMA não tenha sido revisto o Regulamento da ECALMA que já tantas vezes aqui pedimos. Continua a ser necessário, ainda há bocado no momento da Actividade Municipal verificámos que há muitas situações irregulares que decorrem da falta de um Regulamento sensato, correcto e justo. Há muitas situações e hoje tivemos aqui um Município a queixar-se de uma dessas situações em que de facto deveria haver alguns espaços reservados para estacionamento, até para cargas e descargas, porque nós continuamos a encontrar muitas, muitas irregularidades que decorrem da falta de um Regulamento mais equilibrado e mais sensato. Não sei porque razão é que o Sr. Vereador e a Sr.^a Presidente da Câmara continuam a não querer rever o Regulamento da ECALMA, é que ele permite favorzinhos que não são bonitos numa sociedade democrática. Há pouco o Deputado Municipal Miguel Salvado referiu situações que são contestadas por Municípes que verificam que a ECALMA passa para o outro lado do passeio sem verificar, quando verifica se há uma situação irregular prefere não ver, mas há outras situações que é preciso ter em conta, há pessoas que residem nas Freguesias temporariamente que precisavam de ter uma atenção especial, não são votantes na Freguesia mas precisam de um espaço para estacionar os seus veículos e a ECALMA continua a funcionar discricionariamente, e isso é que é desagradável. Portanto, o que eu lamento é que não



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tenham revisto até agora o Regulamento da ECALMA que já tantas vezes foi pedido por nós."-----

6.4.2.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Nós estamos de facto num ponto, não pensávamos que tínhamos que abordar a questão do funcionamento da ECALMA, mas já que veio como sugestão, nós CDU gostávamos de dizer o seguinte, este Regulamento que a Sr.^a Deputada foca, foi um documento aprovado unanimemente nesta Assembleia e eu creio que sim, a Sr.^a tem razão quando diz que provavelmente terá que haver uma alteração ao Regulamento na justa medida em que todos aprovámos e o Partido Socialista também, este Regulamento e em função daquilo que são se calhar não é tanto o Regulamento porque aqui mistura-se o Regulamento com comportamentos e portanto eu creio que a CDU retém o que a Sr.^a Deputada coloca, mas também lhe quero dizer efectivamente, que foi a mesma Sr.^a Deputada que considerou há bem pouco tempo que a ECALMA em certas zonas não estava a actuar segundo o Regulamento. E portanto, nós todos sentimos que a ECALMA continua na sua aplicação a ter uma compostura e uma postura que às vezes não se percebe critérios, mas também achamos que há o cidadão que se queixa muito, e aliás a Sr.^a Deputada teve ocasião de esclarecer isso, há quem ponha a questão de que a ECALMA multa muito, mas também há quem coloque a ECALMA faz orelhas moucas e olhos cegos a outras situações. Portanto, eu sugeria que nós não transformássemos este ponto que é especificamente para as questões de análise de alteração dos Estatutos num debate que objectivamente não tem cabimento, na nossa opinião, porque é um debate sobre o Regulamento que não está em apreciação."-----

6.4.2.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Só para precisar que eu nunca disse que, aquilo que a Sr.^a Deputada Luísa Ramos acabou de dizer não foram as minhas palavras. Na última Assembleia Municipal quando eu disse que achava que muitas vezes a ECALMA não passava nos locais onde devia ter uma intervenção mais cuidada não é aquilo que ela acabou de dizer. Portanto, eu continuo a entender que a ECALMA faz falta na Cidade, que é um serviço que teve o condão de melhorar algumas situações, mas ainda há muitas coisas para melhorar e essas outras são aquelas que eu tenho apontado aqui na Assembleia Municipal. E já agora dizer à Sr.^a Deputada que o PS não votou o Regulamento porque o Regulamento foi aprovado com, remetia para uma legislação que já estava caducada, estava revogada e portanto o PS não votou esse Regulamento,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

quem votou esse Regulamento foi a CDU, foi votado numa Assembleia que fizemos nos Bombeiros de Almada. Se a Sr.^a não tem memória, eu tenho."-----

6.4.2.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Dado que já não estamos a discutir este ponto e estamos a discutir o problema da actuação da ECALMA, é preciso dizer o seguinte, a ECALMA tem um Regulamento para cumprir e existem Regulamentos de Estacionamento que a ECALMA deve fazer cumprir. E o que está a acontecer em todos os sítios onde a ECALMA está a actuar é que umas vezes multa, outras vezes deixa advertências, e outras vezes não faz nada. E esta situação está a criar uma revolta por parte das pessoas que lá moram, das pessoas que lá têm comércio, das pessoas que lá são clientes e etc., por aí adiante. Portanto, esta situação é preciso rever, é preciso falar com as pessoas responsáveis pelos fiscais da ECALMA, que umas meninas para umas pessoas muito simpáticas e para outras pessoas muito antipáticas e há disto em todos os sítios e em todas as zonas, mas é preciso rever e é preciso que estas meninas simpáticas ou antipáticas e meninos, eles têm que actuar todas da mesma maneira em todos os sítios, em todas as horas, etc., porque não é isso que está a acontecer agora. Hoje não é isso que está a acontecer. Existem pessoas que já foram fazer reclamações à ECALMA, que já enviaram cartas para a Câmara Municipal de Almada e para a Sr.^a Presidente e que têm respostas da ECALMA e dos responsáveis da ECALMA, que não são respostas que se dêem às pessoas que estão preocupadas com o que se está a passar à porta da casa delas. É preciso ver como é que os responsáveis da ECALMA respondem às pessoas que escrevem para a ECALMA. Há pessoas que são ameaçadas pelos responsáveis da ECALMA de lhes terem movido processos crime se provarem, etc., e isto não se pode dizer tudo sem provar, mas é preciso perceber que as pessoas quando estão a dizer também não estão a inventar. E portanto é preciso tratar as pessoas e perceber o que é que se está a passar, antes de começar a responder dessa maneira. Porque o problema é, a ECALMA tem o Regulamento para cumprir, se cumpre o Regulamento na zona "a" de uma maneira das duas às quatro e das quatro às seis cumpre de outra, e na zona "b" faz de outra maneira qualquer é evidente que as pessoas não percebem. Se existem justificações é preciso dá-las. E portanto este problema é que precisa de ser resolvido, não é a ECALMA, se a ECALMA faz falta se não faz, é a maneira como as pessoas estão a cumprir os Regulamentos é que é preciso ser revista. E a maneira como se responde às pessoas que escrevem para a ECALMA é que é preciso ser revista, porque ninguém percebe o que é que está a acontecer."-----

6.4.2.7 - O Sr. Vereador José Manuel Gonçalves:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A nossa tolerância é sempre muita e disponibilidade para explicar sempre muita. Eu queria ajudar a perceber que a ECALMA não tem poder de regulação, a ECALMA não faz Regulamentos, os Regulamentos não são da ECALMA, a ECALMA é a entidade gestora do Regulamento. A Câmara Municipal quando criou a Empresa Municipal quis ficar com o seu poder de Regulação, a ECALMA não define regra nenhuma de gestão do estacionamento na nossa Cidade, quem define as regras de estacionamento da nossa Cidade é a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal da nossa Cidade, do nosso Município. Os Regulamentos são aprovados por nós não são aprovados pela ECALMA, a ECALMA é gestora do estacionamento e recebe orientações do Município sobre a forma e as condições em que o deve fazer. Portanto, primeiro clarificação, os Regulamentos são Regulamentos Municipais, não Regulamentos da ECALMA. Segundo clarificação, a direcção do dia-a-dia da empresa é da responsabilidade de um Conselho de Administração, a empresa tem personalidade jurídica por inteiro. O Conselho de Administração é responsável quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista criminal. Uma Empresa Municipal é uma entidade autónoma que tem uma tutela e a tutela é o Município e o Município tem estes poderes que aqui estão previstos que é o de dar instruções e ou de aprovar os instrumentos, o dia-a-dia tem um administrador responsável pela organização da intervenção do dia-a-dia. O que a Empresa Municipal não pode fazer é aplicar qualquer sanção em desrespeito do Regulamento ou em desrespeito de qualquer outra norma que lhe seja aplicada. Isso é crime naturalmente nalguns casos, no limite é crime ou uma irregularidade grave que tem consequências e o Conselho de Administração responde por elas. O primeiro responsável sobre a actividade do dia-a-dia da empresa sou eu porque o Município me designou como Presidente do Conselho de Administração. Eu respondo pela actividade do dia-a-dia da empresa, e respondo nas questões que são da gestão diária, da forma como estamos a intervir na nossa Cidade. E há uma componente que é uma componente de autonomia de gestão e essa no cumprimento dos Regulamentos é da responsabilidade directa do Conselho de Administração. Portanto é preciso também percebermos isto, porque uma razão principal era que não haja um grande volume de multas é que o Cidadão tenha a sensação de que há fiscalização e que não perceba a forma como a fiscalização é feita. Isto é uma regra que os nossos fiscais aprenderam na formação. A formação que tiveram foi uma formação exemplar e eu queria repudiar quando se usa o termo que se usou aqui relativamente a trabalhadores da ECALMA, que são trabalhadores do nosso Município, são trabalhadores de uma entidade municipal que designamos aqui por meninas, e eu, a Sr.^a Deputada vai-me perdoar, mas eu sei o seu



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

especial carinho relativamente aos trabalhadores do Município e pedia-lhe o favor de reconsiderar a forma como abordou os funcionários da Empresa Municipal que são funcionários dignos, que receberam formação, que têm responsabilidade no âmbito das suas funções e é por ventura a função mais difícil que o Município pode ter que é o de andar a fiscalizar comportamentos, andar a sancionar comportamentos. Nós, como eu costumo dizer publicamente, já o tenho dito muitas vezes, não vendemos pipocas, não andamos a vender pipocas, nós andamos a fiscalizar e o acto de fiscalização tem que ter um misto de tolerância e um misto de firmeza na acção e é essa tolerância e essa firmeza que a ECALMA tem assegurado durante estes anos como um exemplo de profunda capacidade de intervenção e profunda capacidade de adaptação às circunstâncias e as circunstâncias têm mudado muitas vezes, desde logo as obras do Metro no Centro da Cidade, mas toda as alterações de Regulamento que nós apresentamos e que naturalmente obrigaram a que a empresa tivesse que adaptar a sua intervenção e portanto eu como Presidente da Empresa, se me é permitido a Assembleia Municipal que é o órgão mais digno do nosso Município eu queria defender a intervenção da Empresa porque está a cumprir orientações que o Município lhe deu e essas orientações são escrupulosamente cumpridas e sempre que a Assembleia Municipal entender que deve usar os poderes que entenda que são os seus, naturalmente o Conselho de Administração será capaz de ponderar e avaliar essas mesmas informações. Quando se coloca aqui a questão de crime é evidente que há pessoas que têm atitudes que a forma como o dizem e o conteúdo que dizem, são crime, se forem provados. E são crime relativamente a funcionários da empresa ou a dirigentes da empresa ou a qualquer outro agente da nossa Cidade. Eu conheço a situação. Perante situações gravíssimas que foram colocadas à empresa, a empresa fez e bem um ofício à Sr.^a a dizer, dou-lhe um prazo para fazer a prova, senão instauramos um processo crime contra si. Ou faz prova do que o que está a dizer é real, porque é grave, e se fizer prova disso naturalmente a empresa tem que agir do ponto de vista disciplinar e tem que agir do ponto de vista das suas competências internas relativamente aos seus funcionários, mas tem que fazer prova. As coisas não se podem dizer e depois não provar. Nós temos que ter uma cultura da responsabilidade e nas questões que são questões determinantes temos que ser todos responsáveis. Isto não tem nada a ver com a opinião que temos no dia-a-dia, tem a ver com factos que às vezes pretendem imputar. Eu acompanho diariamente a actividade da empresa e posso-vos garantir Srs. Deputados, penso que se podem orgulhar da intervenção que a nossa empresa tem em cinco anos de actividade."-----

6.4.2.8 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Primeiro queria dizer que as meninas da ECALMA e os meninos da ECALMA quando eu os referi desta maneira é porque é assim que todas as pessoas em Almada tratam os funcionários e os fiscais da ECALMA, por quem eu tenho muito respeito. E queria aproveitar para perguntar ao Sr. Vereador porque ainda não consegui perceber qual é o tipo de vínculo que estes trabalhadores têm na Empresa? Eles são contratados a prazo, se têm contrato efectivo, se são avença, se são pagos a recibos verdes? Toda a gente aqui me conhece e sabe que se há quem eu respeito é pessoas que trabalham, todas, desde a Sr.^a Presidente até aos Srs. Vereadores, os Srs. Deputados, a toda a gente. E portanto, quando eu me refiro aos fiscais da ECALMA como as meninas da ECALMA, não é como termo depreciativo, é pura e simplesmente porque é assim que toda a gente trata aquelas pessoas, porque efectivamente são pessoas muito jovens. Isto é o primeiro ponto. O segundo ponto é, se as pessoas se dirigem à ECALMA de determinada forma, que pode não ser a mais correcta, isso tem que ter por trás um desespero tal que as pessoas têm que precisa de ser respondido e explicado. E portanto eu não tenho nada contra que se peça às pessoas para provar aquilo que estão a dizer para poder actuar a seguir se for verdade, mas em vez de se escrever uma carta, porque é que não se faz um telefonema, porque é que não se marca uma reunião, porque é que não se tenta perceber se é assim ou não? Porque é que não se tenta perceber no dia-a-dia da ECALMA se há ou não há situações que estão a ser menos correctas? Ou que não estão a ser iguais em todos os lados e em toda a hora? Porque a questão é esta, não é mais nenhuma. É preciso agir da mesma maneira em todos os sítios. E o problema é que parece que não está a ser assim. E este problema é que tem que ser resolvido para bem da ECALMA e do Conselho de Administração da ECALMA e da Câmara Municipal de Almada, já agora, não é?"-----

6.4.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta Nº 98/IX, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:-----

Deliberação-----

Considerando que foi alterada a base legal da constituição e respectivos Estatutos da Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada - ECALMA, em que a Lei nº 58/98, de 18 de Agosto, e o Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro foram revogados, respectivamente, pela Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro e pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando assim que importa conformar os Estatutos da Empresa Municipal à legislação em vigor, designadamente em termos de gestão, pela obrigatoriedade de celebração de contratos de gestão entre o Município e a Empresa;-----

Considerando ainda a oportunidade para outros acertos do articulado e a proposta apresentada pelo Executivo Municipal.-----

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo nº 53º, nº 2, alínea I), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova a alteração dos Estatutos da ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada - E.M. constantes da deliberação camarária de 03 de Junho de 2009.-----

6.5 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para prestar um esclarecimento.-----

6.5.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Relativamente a uma questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Pedroso de Almeida. Não há nada no nosso Regimento que contrarie a Lei ou diga mais do que aquilo que a Lei diz.

Estamos assim esclarecidos."-----

7 – Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.-----

8 – O Presidente colocou à consideração da Assembleia a Minuta da Acta.-----

8.1 - Foi assim lida e aprovada a Minuta da Acta da presente reunião.-----

9 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Aníbal Martins (DIRP - CMA); Sr.ª Sandra Carvalho (Agência Lusa); Sr. Fernando Fitas e o Sr. João Carlos Nunes (Noticias de Almada) e de vinte e sete Srs. Municípes.-----

10 - Verificou-se a presença à Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores António José de Sousa Matos; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; António Pedro Roque da Visitação Oliveira; António Francisco Salgueiro.-----

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 01 de Julho de 2009.-----

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____